

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

DIVÂNIA APARECIDA ARAÚJO

Trabalho x Escola:
a (re)construção da infância
das crianças bóias-frias em
Monte Alegre de Minas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UNIVERSIDADE 1998

Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS

Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº

Cep. 38400-902 - Uberlândia - MG - Brasil

1013 S.15
(2)

DIVÂNIA APARECIDA ARAÚJO

Trabalho x Escola:
a (re)construção da infância
das crianças bóias-frias em
Monte Alegre de Minas

Monografia apresentada ao
Departamento de História da
Universidade Federal de Uberlândia,
CEHAR sob à orientação da Prof^a.
Dr^a. Christina da Silva Roquette
Lopreato, para obtenção do título de
Bacharelado em História.

UBERLÂNDIA

1998

BANCA EXAMINADORA

Ms. Karla Adriana Martins Bessa

Ms. Maria de Fátima Ramos de Almeida

Prof^a. Dr^a. Christina da Silva Roquette Lopreato

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu filho Lucas, tantas vezes privado da atenção que merecia, mas que na sua inocência me encorajava com seu doce sorriso. À minha filha Gabriella que nascerá em dezembro 98 e representa mais uma alegria para minha vida.

Ao meus familiares, especialmente meu pai (Geraldo) e irmãos (Tereza, José, Liamar, Divina, Cícero) pela compreensão e amor que sempre me dedicaram. Sustentáculos desta jornada.

Ao companheiro Tenir que partilhou dificuldades e conquistas, com quem espero dividir os frutos desta luta, numa vida em família.

À memória de minha mãe (Corina).

Apesar da sua ausência seus ensinamentos nunca serão esquecidos saudades.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com a contribuição de pessoas muito especiais, merecem portanto meus agradecimentos.

À professora orientadora Christina Lopreato pelo estímulo e cooperação e especialmente por despertar em mim interesse pela pesquisa. Seus conhecimentos contribuíram muito para o meu crescimento intelectual.

Agradeço ao amigo Marcos Paulo, pela gentileza com que trouxe os livros da Unicamp-SP. E ao Rildo por fotografar as crianças bóias-frias.

À Cidinha pelas indicações bibliográficas e empréstimo das obras.

À sobrinha Jorgetânia pelos esforços e incentivo para que eu continuasse os estudos.

Aos amigos Vicente, Lucy Helena, Ivonilda e Ana Vitória, amizades concretizadas no convívio acadêmico e a Elenir amiga de todas as horas.

Agradecimento especial ao irmão Francisco, que nos momentos de angústias, socorria com uma palavra de carinho e com comentários de grande valor, que muito ajudaram na elaboração deste trabalho. E a irmã Agnaldo pelos cuidados dispensados ao meu filho durante minha trajetória universitária.

À Sueli pela dedicação demonstrada na digitação do trabalho.

E por fim, quero agradecer as crianças bóias-frias por responderem meus questionamentos com bom humor e carinho inesquecíveis. Espero fazer algo para ajudá-los.

Lista de Figuras

1. Crianças ajudam os pais no “arrancamento” da mandioca.....	22
2. Crianças ajudam os pais no “arrancamento” da mandioca	23
3. Trabalhadores adultos e mirins sendo recolhidos nos “pontos” para o trabalho na lavoura.	24
4. Trabalhadores adultos e mirins sendo recolhidos nos “pontos” para o trabalho na lavoura.	25
5. Exemplo do perfil das crianças “bóias-frias” do município de Monte Alegre de Minas.	29
6. Trabalhadores mirins sendo conduzidos à lavoura de abacaxi em camionetes.	30
7. Crianças ajudam os pais nos barracões	31
8. Crianças ajudam os pais nos barracões	31

Lista de Tabelas

Tabela 1. Principais atividades agrícolas desempenhadas por crianças “bóias-frias” nos estados brasileiros.	12
Tabela 2. Monte Alegre de Minas - Estrutura salarial dos bóias-frias	24
Tabela 3. Atividades desempenhadas pelos bóias-frias mirins no município de Monte Alegre de Minas-MG. 1995-1997.....	26
Tabela 4. Monte Alegre de Minas - 1995-1997, idade com que começou a trabalhar.	27
Tabela 5. Monte Alegre de Minas - 1995-1997, consequência do excesso do esforço físico.	28
Tabela 6. Período de safra dos produtos agrícolas cultivados em Monte Alegre de Minas	30
Tabela 7. Monte Alegre de Minas: Crianças bóias-frias frequentes e não frequentes a escola de 1995-1997.....	36
Tabela 8. Percentual de Evasão Escolar da Escola Municipal Márcia Caetano Alves	37
Tabela 9. Percentual de Evasão Escolar da Escola Estadual Eufrausina da Costa Araújo.	38
Tabela 10. Percentual de Evasão Escolar da Escola Estadual Antenor Airoso Machado.....	39
Tabela 11. Percentual de Evasão Escolar da Escola Estadual Luís Dutra Alvim	40
Tabela 12. Percentual de Evasão Escolar da Escola Estadual Tancredo Martins	42

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Percentual de Evasão Escolar da Escola Municipal Márcia Caetano Alves	38
Gráfico 2. Percentual de Evasão Escolar da Escola Estadual Eufrausina da Costa Araújo.	39
Gráfico 3. Percentual de Evasão Escolar da Escola Estadual Antenor Airoso Machado.	40
Gráfico 4. Percentual de Evasão Escolar da Escola Estadual Luís Dutra Alvim	40
Gráfico 5. Percentual de Evasão Escolar da Escola Estadual Tancredo Martins	42

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTO	II
LISTA DE FIGURAS	III
LISTA DE TABELAS	IV
LISTA DE GRÁFICOS	V
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INFANTIL	8
1. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS SOBRE O TRABALHO INFANTIL	11
2. PROJETOS PARA COMBATER A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	18
CAPÍTULO II. SITUAÇÃO DA CRIANÇA BÓIA-FRIA EM MONTE ALEGRE DE MINAS ..	20
CAPÍTULO III. A EVASÃO ESCOLAR EM MONTE ALEGRE DE MINAS	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
BIBLIOGRAFIA	48
REVISTAS E RELATÓRIOS.....	52
ENTREVISTAS.....	54
ANEXO - QUESTIONÁRIO.....	55

INTRODUÇÃO

O tema "Trabalho Infantil" está em evidência em todo o mundo. No Brasil, milhares de crianças trabalham para ajudar a complementar a renda familiar. Essas crianças, em sua grande maioria, são filhos de desempregados ou sub-empregados, que recebem menos de um salário mínimo por mês ou até nada recebem pelo que fazem. Isto demonstra o grau de miséria a que chegamos. As crianças são as grandes vítimas deste sistema que exclui e marginaliza a maior fração social do país: os trabalhadores de baixa renda.

Nos dias atuais, a intensificação da exploração da mão-de-obra infantil, em especial nos países em desenvolvimento, vem causando indignação. Diversos organismos internacionais vêm se debruçando sobre a problemática da exploração de trabalho infantil, no sentido de encontrar soluções para pôr fim à essa chaga social. No caso brasileiro, a exploração do trabalho das crianças, em especial daquelas submetidas às tarefas agrícolas, vem conquistando espaço na opinião pública.

Ao longo das décadas de 60 e 70 ocorreram significativas transformações advindas da mecanização da agricultura. Esta mecanização deteriorou, ainda mais, a situação dos trabalhadores visto que ela aumentou a produtividade e liberou mão-de-obra provocando, entre outras mazelas, o êxodo rural. Assim, pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, sem condições de competir com os proprietários fundiários foram obrigados a sair do campo e vender sua força de trabalho transformando-se em trabalhadores assalariados.

Destituídos de todos os meios de produção, principalmente a terra, juntamente com a perda da economia de subsistência que ia desde a criação de porcos e frangos até o cultivo de hortas que diminuía consideravelmente as despesas da casa, toda a família passou a ser obrigada a trabalhar para ajudar nos rendimentos familiares. Mulheres e crianças tornaram-se bóias-frias.

A partir da década de 70, a modernização da agricultura, em especial no Centro-Sul vem ocorrendo em ritmo acelerado. Entretanto, em algumas culturas ditas tropicais (cana, laranja, café, entre outras) ela não se dá plenamente, pois estas ainda requerem uma grande quantidade de mão-de-obra adulta e infantil para a realização da colheita. Geralmente, na época da colheita, milhares de crianças

abandonam a escola para servir de mão-de-obra assalariada temporária nas lavouras. O recrutamento da mão-de-obra infantil torna-se atrativo para os patrões, na medida em que os salários pagos aos trabalhadores mirins estão muito abaixo do que é pago aos adultos.

Outro fator relevante é que a condição social e a falta de instrução dos pais fazem com que a criança não se interesse pela escola. Por outro lado, dificulta a tomada de consciência da situação de exploração em que a família se encontra. A grande quantidade de mão-de-obra infantil disponível e a inserção precoce das crianças no mercado de trabalho, em essência as que se deslocam para as atividades agrícolas tornando-se bóias-frias mirins, despertou nosso interesse em pesquisar como o trabalho infantil prejudica o desenvolvimento escolar da criança e é o principal responsável pelas altas taxas de evasão escolar na região de Monte Alegre de Minas.

O caso do menor Márcio P. Moura é bastante ilustrativo:

“De madrugada Márcio Pereira Moura, 10 anos, no Bairro Rancho Alegre, sai para o trabalho na lavoura. Realiza esta atividade desde os seis anos. Cursa a 1ª série, já foi reprovado várias vezes, também sai da escola toda época de colheita. Não sabe ler nem escrever. À tarde chega cansado da lavoura e vai dormir. Brincar de bola, só no domingo. Trabalha com o pai, a mãe e o irmão. Recebem, juntos, vinte reais (R\$ 20,00) por dia.”¹

A partir da década de 80 houve um aumento considerável no emprego do trabalho infantil, nas mais diversas atividades econômicas e praticamente em todos os estados brasileiros. Em Monte Alegre de Minas², a maior quantidade de força-de-trabalho concentra-se na agricultura. A medida que a mecanização tornou possível absorver mão-de-obra com idade precoce houve uma diminuição nos custos da produção e o menor adquiriu uma dada função no processo de acumulação de

¹ Dados extraídos da entrevista realizada em janeiro de 1997 com Márcio Pereira Moura na cidade de Monte Alegre de Minas.

² - Monte Alegre de Minas é uma cidade de pequeno porte, situada na Zona do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais. Seu aspecto paisagístico é de planalto. Sua área é de 2.718 Km². Faz limites com Uberlândia, Prata, Canápolis, Centralina e Tupaciguara e está distante 608 Km rodoviários da capital Belo Horizonte.

capital. Nas culturas de cana, tomate, laranja, café, o emprego do trabalho infantil é notório.

Vale ressaltar que a cultura predominante na região é o cultivo do abacaxi e que as atividades agrícolas do município não absorvem mão-de-obra infantil durante o ano todo. Então, as crianças migram para as cidades circunvizinhas para realizar tarefas nas lavouras de cana, algodão, café entre outras.

“Fim de tarde em Planura, Triângulo Mineiro. Pela rua de terra batida com as roupas sujas, cansados, lá vem os bóia-frias Francisco Augusto Collares, Maria Aparecida e Francisco Welder. Os dois primeiros têm 27 anos. Francisco Welder, 11 anos. A região produz muita laranja, mas os três atualmente estão colhendo batatinha. Francisco trabalha desde os sete anos, ele e o irmão Eudino de 10 anos. As irmãs logo os seguirão - Eudinete, 6 anos e Rosinete, 2 anos. O pai está na panha de laranja para a cooperativas, a mãe passou da laranja para a batata. Francisco estuda de manhã, é uma exceção no mundo das crianças trabalhadoras.”³

“Seis e meia da tarde. Sexta-feira, 24 de janeiro de 1997. Um caminhão carregado de bóias-frias próximo ao cemitério de Monte Alegre de Minas. Dentre os trabalhadores destacam-se dois pela pequena estatura: Marcos Roberto da Silva, 15 anos e Carlos Eduardo Jesus Lopes, 13 anos chegam de uma jornada de trabalho que teve início às 6 horas da manhã. Após passarem o dia colhendo laranja demonstram cansaço e Carlos Educardo reclama de dor no peito e nas costas pelo longo tempo de permanência agachado enchendo as caixas de laranjas.

Com a voz cansada responde à nossa indagação sobre a atividade que executa na condição de bóia-fria:

‘A primeira vez que a gente vai, vai pensando que é bom. Mas é fria apanhar laranja porque o seu Joaquim subia no pé e derrubava as laranjas aí eu ficava agachado enchendo as caixas’. Marcos Roberto, por sua vez, lamenta que nunca estudou, mas que sonha em trabalhar em escritório.”⁴

³ - Simone Biehler Matos. “Quem Explora a Mão de Obra Infantil” em **Revista Atenção**, ano 1, nº 2, Dez. 95/Jan. 96, p. 15-16.

⁴ - Dados extraídos da entrevista realizada em janeiro de 1997 em Monte Alegre de Minas com as crianças bóias-frias Carlos Eduardo e Marcos Roberto.

Essas crianças trabalham, sobretudo, na época da colheita quando se faz necessário a utilização de uma grande quantidade de mão-de-obra. É comum o ingresso destas crianças no mercado de trabalho a partir dos sete anos, sendo que algumas podem começar mais cedo. Monte Alegre de Minas, dentro deste contexto, apresenta uma grande quantidade destas culturas que absorvem mão-de-obra infantil. A cidade reflete os problemas existentes em relação ao trabalho infantil no Brasil. As crianças são distribuídas nas mais diversas funções, independente dos perigos a que estão sujeitas. Por ter uma idade insuficiente e inexperiência profissional estão mais suscetíveis a sofrerem acidentes no trabalho.

Percebemos que é a realidade econômica que impele as famílias pobres a submeterem suas crianças ao trabalho. Em Monte Alegre de Minas, os pilares que sustentam a exploração do trabalho infantil são o desemprego dos pais e a terceirização.

Sendo a agricultura a base da economia montealegrense, destaca-se o abacaxi e o café como atividades mais importantes. Estas demandam uma grande quantidade de mão-de-obra. É na colheita que o bóia-fria da região tem trabalho garantido. Entretanto, na entressafra, fica sem trabalho e acumula dívidas. Por essa razão, necessita do trabalho da criança nas colheitas para ajudar a compensar a falta do dinheiro nos meses em que o trabalho torna-se escasso.

Outro elemento que empurra as crianças para o trabalho é a terceirização. O contrato com empreiteiros exclui responsabilidades dos patrões para com os trabalhadores, que perdem a garantia da carteira assinada, da assistência médica e até mesmo do salário. Então, sem condições de sustentar a família, o trabalhador vê-se obrigado a tirar a criança da escola para trabalhar.

Essas crianças saem da escola e vão para as lavouras. A jornada de trabalho é de 10 a 12 horas, o que as impede de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. A partir do momento que começam a trabalhar, deixam de ser crianças pois realizam serviços de uma pessoa adulta (cortam cana, colhem café, adubam abacaxi, etc.) e ficam sem espaço para viverem a infância. Deixam de brincar, de ser criança.

De acordo com Esmeralda Blanco⁵, a criança, ao ingressar no mundo do trabalho, perde as características próprias de sua natureza. Desaparece o lúdico que é substituído pela responsabilidade. A criança bóia-fria transforma-se num trabalhador como outro qualquer. E, por vezes, quando vem à tona a natureza da criança, como por exemplo, brincar nas lavouras, é penalizada com castigos físicos. Como são mal alimentadas e se esforçam além de sua capacidade física, não se desenvolvem como uma criança que tem um padrão de vida normal. Tornam-se lentas e apáticas. Ademais, ficam sem nenhuma perspectiva de melhora de vida futura.

A pesquisa que desenvolvemos objetivou mostrar como a inserção precoce da criança no mercado de trabalho, e em particular os bóias-frias mirins montealegrenses, retrata a miséria que atinge uma parcela significativa da população brasileira, na medida em que ela se apresenta como uma necessidade para se evitar a fome, essa tuberculose social como a chamou Victor Hugo.

Por outro lado, propomos analisar os índices de evasão nas escolas de Monte Alegre de Minas com o objetivo de demonstrar que o abandono da sala de aula está diretamente relacionado ao recrutamento do trabalho infantil para as atividades sazonais da agricultura.

A presente proposta de trabalho insere-se, portanto, nas discussões recentes que vêm mobilizando a comunidade internacional, e, em particular, o governo brasileiro, no sentido de criar mecanismos, tais como corte de verbas no repasse de recursos federais para o município para impedir a exploração do trabalho infantil.

Na elaboração desta pesquisa, consultamos um referencial bibliográfico (livros, artigos de periódicos, dissertações de mestrado) relacionado ao tema proposto para obter um embasamento teórico-metodológico.

Num segundo momento, utilizando os recursos da história oral, realizamos entrevistas com famílias bóias-frias da região de Monte Alegre de Minas e especialmente com as crianças, colhendo informações sobre as condições em que vivem esses trabalhadores e as razões que levam à inserção das crianças no mundo do trabalho.

⁵ Esmeralda Blanco Bolsanaro de Mouro em Mary Del Priori (org.). História da Criança no Brasil. São Paulo. Contexto, 1991.

Por fim, colhemos dados sobre a evasão escolar no município de Monte Alegre de Minas, cinco escolas estaduais e em uma escola municipal urbana (totalizando seis escolas) para a análise do processo de evasão X trabalho.

Capítulo I. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil não é algo novo, embora tenha sofrido várias transformações ao longo dos tempos. Para uma melhor compreensão do emprego da mão-de-obra infantil faz-se necessário analisar historicamente as condições em que se deu o aparecimento destes trabalhadores mirins. Segundo o historiador inglês E. P. Thompson, antes da Revolução Industrial a forma predominante de trabalho infantil era a doméstica, ou seja, a praticada no seio da economia familiar. Crianças que mal sabiam andar já eram incumbidas de realizarem determinadas tarefas como colher amoras e transportar lenha. Entretanto, havia uma introdução gradual ao trabalho e respeitava-se a idade da criança e a sua capacidade de trabalho. Jogos e brincadeiras infantis acompanhavam a realização das tarefas e as crianças viviam sob os cuidados dos pais.

Nas casas inglesas, as meninas ocupam-se com o preparo do pão e da cerveja, a limpeza e outros serviços. Na agricultura, as crianças - frequentemente mal agasalhadas - trabalham no campo sob qualquer condição climática.

Com o advento da Revolução Industrial houve uma intensificação da exploração do trabalho das crianças. A jornada de trabalho com início às cinco e meia da manhã não terminava antes das sete ou oito horas da noite. A criança na fábrica estampava no rosto "uma palidez cadavérica"⁶, um olhar sem brilho que evidenciava um grande cansaço e a perda paulatina da saúde. O tamanho das máquinas foram adaptadas para que a criança tivesse condições de fazê-las funcionar. A redução do tamanho das máquinas para melhor rendimento do trabalho infantil permitiu acentuar a exploração desta mão-de-obra, visto a produção infantil igualar-se a do adulto. As condições de trabalho eram aviltantes e a exploração a que eram submetidas debilitava a saúde dos pequenos trabalhadores. A análise de Thompson sobre a exploração do trabalho infantil nas indústrias têxteis inglesas, no século XIX, é bastante ilustrativo:

⁶ - A expressão é de Esmeralda Blanco Bolsanaro de Mouro em Mary Del Priori (org.) **História da Criança no Brasil**. SP, Contexto, 1991, Pág. 121.

“No final da jornada, elas já estavam chorando por causa do atrito com o frio. Seus pais davam-lhes palmadas para mantê-las acordadas, enquanto os contra mestres rondavam com correias nas fábricas rurais dependentes de energia hidráulica. Eram comuns os turnos à noite ou as jornadas de quatorze a dezesseis hora diária em época de muito trabalho.”⁷

Durante todo o processo da Revolução Industrial percebemos, através do trabalho infantil, um processo de degradação da classe trabalhadora, expropriada do controle de suas condições de produção e reprodução. A família operária, vivendo na mais absoluta pobreza, permite, e até mesmo incentiva, que a criança se dirija à fábrica, pois o salário, ainda que irrisório, passa a ser essencial no orçamento doméstico. Neste sentido, o trabalho da criança se insere na dinâmica capitalista ampliando as perspectivas de lucro para o empresariado.

Embora na Inglaterra a Revolução Industrial tenha exacerbado a exploração do trabalho infantil nas fábricas no século XIX, no Brasil estudos sobre as décadas de 1940 e 1950 mostram que o trabalho infantil ainda estava diretamente ligado a unidade familiar de produção. Pesquisa feita por M. I. Pereira de Queiroz⁸ nos bairros paulistas identifica a presença de pequenos produtores rurais, proprietários das terras ou não, vivendo numa economia de subsistência vendendo excedente no mercado. “Os moradores além de plantarem roças para sua subsistência, criam galinhas e porcos, vendendo parte de sua produção em Taubaté e consumindo o restante (...) Os campos são trabalhados com a mão-de-obra familiar (...) as crianças começaram muito cedo a auxiliar os pais no trabalho rural.

Neste sentido, Donald Pierson⁹ também retrata o trabalho infantil no campo na década de 50.

“Quase todos os homens que moram nos sítios, que na vila que é o centro da comunidade que cultuavam a terra e produzem gêneros

⁷ - THOMPSON. E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 204-205.

⁸ PEREIRA de Queiroz, M. I. “Bairros Rurais Paulistas”, In: **Revista do Museu Paulista**. Nova Série. Vol. XVIII. São Paulo, 1967.

⁹ PIERSON. D. **Cruz das Almas**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 1966.

alimentícios às vezes também trabalham mediante salário nos sítios ou fazendas do lugar (...). Os filhos começam bem cedo na vida a ajudar as mães especialmente cuidando dos irmãos menores carregando lenha e água, vão logo também ajudar na roça, fazendo pelo menos as tarefas mais leves.

A partir das décadas de 60 e 70 intensifica-se no Brasil a exploração do trabalho das crianças, em especial daquelas submetidas às tarefas agrícolas como volante. Um exemplo desta inserção precoce no mercado de trabalho é o emprego de crianças no corte de cana, na região de Campinas, onde as crianças menores vão para a lavoura ajudar os pais no corte amarrando os feixes, enquanto os maiores trabalham sozinhos, como volantes individuais.

Segundo Machado¹⁰ é a depreciação dos salários que acaba por impor crescentemente o ingresso de crianças nos vários setores de trabalho. O trabalho das crianças serve como meio de angariar recursos para ampliar a renda familiar, quase sempre exígua para atender às necessidades da família.

O sistema ainda cuida para que a família confunda a exploração da mão-de-obra infantil com trabalho e associe o início precoce da atividade a um sucesso profissional futuro.

“Trabalho precoce é considerado uma lição de vida nunca um deformador da infância.”¹¹

Ademais, o mito do trabalho como valor ético e moral é incorporado pelos pais, justificando a aceitação do trabalho das crianças. O trabalho é considerado formador da boa personalidade, uma “escola da vida” que torna o homem mais digno. Este discurso sempre foi utilizado pela elite e pela burguesia para que o trabalhador aceite a exploração sem nenhuma resistência.

No momento atual, o discurso é outro. Existe uma série de projetos governamentais que procuram conscientizar a sociedade brasileira da importância da

¹⁰ MACHADO, Z. Neto. “Meninos Trabalhadores”. In: **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, nº 31, dez. 1973. p. 96

¹¹ “Empregar Criança era um favor no século XVIII”, Irandi Pereira. **Folha de São Paulo**. 1º maio 1997. pág. 11,

criança na escola. A elaboração destes programas que visam erradicar o trabalho infantil oferecendo à criança o direito de frequentar a escola está estreitamente ligado a pressões externas que os países pobres como o Brasil vêm sofrendo de países desenvolvidos.

Um caso ilustrativo é o dos Estados Unidos que ameaçam boicotar produtos brasileiros onde forem empregadas mão-de-obra infantil. Entre outros produtos podemos citar a laranja, que é colhida por menores em diversas regiões do Brasil, principalmente no estado de São Paulo.

1. A modernização da agricultura e seus reflexos sobre o trabalho infantil

A situação da criança trabalhadora chama especial atenção no momento histórico-social em que vivemos. Apesar de ter garantido seus direitos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, concretamente ela continua ingressando precocemente em atividades produtivas.

Estatísticas recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) indicam que atualmente existem no Brasil 3,8 milhões de crianças com menos de 14 anos que trabalham nos diferentes setores formais e informais da economia.

De acordo com nossa proposta de trabalho faremos um diagnóstico da condição social e econômica da criança que trabalha no Brasil, ressaltando as atividades desenvolvidas na agricultura.¹²

Essa grande quantidade de crianças trabalhadoras estão dispersas em todos os estados do Brasil e nas mais diversas atividades agrícolas. (Vide tabela 1).

¹² Relatório Contag - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNDA - IBGE/95). pág. 4. "A agricultura brasileira emprega 55,1% dos 3.8 milhões de crianças entre 5 e 14 anos.

Tabela 1. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESEMPENHADAS POR CRIANÇAS BÓIAS-FRIAS NOS ESTADOS BRASILEIROS.

Roraima	mandioca;
Amazonas	mandioca, hortaliças;
Acre	castanha, mandioca, hortaliças, milho;
Rondônia	mandioca, algodão, café cacau, milho e cereais;
Amapá	palmito laranja e mandioca;
Pará	mandioca, milho e acerola;
Tocantins	cana-de-açúcar;
Mato Grosso	cana-de-açúcar, soja e sementes;
Goiás	cana-de-açúcar, abacaxi, algodão, café, alho, feijão, goiaba, hortaliças, mandioca, tomate, melancia e banana;
Distrito-Federal	café e tomate;
Mato Grosso do Sul	algodão, cana-de-açúcar, hortaliças, soja, erva-mate e sementes;
Piauí	cana-de-açúcar;
Ceará	cana-de-açúcar;
Rio Grande do Norte	cana-de-açúcar e uva
Paraíba	cana-de-açúcar e sisal;
Pernambuco	cana-de-açúcar, hortaliças e uva;
Alagoas	cana-de-açúcar, fumo;
Sergipe	cana-de-açúcar e laranja
Bahia	cana-de-açúcar e sisal
Minas Gerais	algodão, alho, arroz, batata, café, cana-de-açúcar, feijão e tomate;
Espírito Santo	abacaxi, café e cana-de-açúcar;
Rio de Janeiro	café, cana-de-açúcar, goiaba e tomate;
São Paulo	algodão, arroz, batata, café, cana-de-açúcar, resina, goiaba, laranja, milho, soja e amendoim;
Paraná	algodão, cana-de-açúcar, fumo, laranja, maçã e mandioca;
Santa Catarina	fumo, maçã e mandioca
Rio Grande do Sul	fumo, maçã e mandioca

Fonte: "Onde há concentração de trabalho infantil no Brasil." **Folha de São Paulo**. Caderno Especial "Trabalho Infantil", 1º de maio de 1997, pág. 12.

A região nordeste é recordista no emprego de crianças no campo: 46,5%. No Ceará, 27,93% das crianças entre 10 e 14 anos e 55,94% das crianças entre 14 e 17 anos já ingressaram no trabalho. No estado do Acre, 3.500 crianças trabalham. Em Pernambuco, dos 150 mil trabalhadores da zona canavieira 25% são crianças. Em Alagoas, 50 mil crianças entre 6 e 13 anos de idade estão nas lavouras canavieiras. Em 1996 havia 56 mil crianças na cultura da cana-de-açúcar em São Paulo. Na

região açucareira do Rio de Janeiro, o número de crianças chega a 29 mil. No estado do Maranhão, um total de 426 crianças trabalham nas lavouras.¹³

Várias são as causas da exploração da mão-de-obra infantil no campo sendo a mecanização da agricultura a sua principal responsável. A partir dos anos 50, inicia-se no Brasil um processo de mecanização das atividades agrícolas provocando uma série de alterações na forma de produzir no campo, sobretudo na organização do trabalho. Segundo ANTUNIASSI¹⁴, o desenvolvimento do complexo agro-industrial redefiniu as relações entre agricultura e indústria, na medida em que passou a comandar os processos de produção da agrícola. Deu-se prioridade para a produção de matéria-prima industrial ou para a produção de produtos alimentícios destinados ao mercado interno, que requer maior capitalização e proximidade do mercado. Os avanços tecnológicos, expressos no uso de defensivos agrícolas fertilizantes e máquinas, não alterou a estrutura fundiária. A terra continuou nas mãos de poucos e a maioria sem nenhum pedaço de chão. O avanço do capitalismo ampliou as disparidades sociais. A população pobre do campo e da cidade pagou o ônus do crescimento e do dinamismo econômico; parcelas significativas das famílias brasileiras permaneceram abaixo do limite da pobreza absoluta sem qualquer perspectiva futura de verem resolvidos seus problemas como a fome, o desemprego e a falta de habitação.

A política de crédito e de subsídios à agricultura subordina-se aos interesses da agro-indústria. Para cada produto agrícola existe uma política diferencial. Essa política de incentivos e subsídios que privilegia alguns produtos leva a uma diferenciação do grau de tecnificação que apresenta o processo produtivo dos diversos produtos agrícolas brasileiros. A desarticulação do relacionamento tradicionalmente mantido entre a grande propriedade e a pequena produção familiar no interior foi consequência dessa política. O crédito rural, ao suprir as necessidades financeiras dos grandes e médios produtores, providenciou a desarticulação da relação financeira quanto ao capital de giro que estes produtores mantinham com a pequena produção familiar no interior da propriedade.

¹³ Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNDA (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Contag)

¹⁴ ANTUNIASSI, M. H. Rocha. **Trabalho Infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar, Coleção Agricultura e Sociedade, 1983

A mudança da produção de culturas que exigiam grande quantidade de mão-de-obra como o café e o milho, por exemplo, por outras mais mecanizadas tais como o algodão, a soja, a cana também provocou a substituição do trabalhador residente na propriedade pelo trabalhador assalariado temporário.

De acordo com Antuniassi, a produção agrícola que antecede a mecanização era baseada na produção familiar e não possuía a forma capitalista de produção, pois não havia separação entre o produtor direto e os meios de produção. A utilização da mão-de-obra familiar sustentava a produção. A família se configurava como unidade de produção, tinha posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles e a propriedade não era fundamental, mas sim a posse da terra. A produção visava aumentar suas possibilidades de consumo e não a acumulação. Assim, antes da expansão do capitalismo no campo, o camponês produzia com objetivo de suprir suas necessidades básicas à sua manutenção, e somente vendia ou trocava o excedente.

Este quadro é modificado com a modernização da agricultura. A população que morava na zona rural, constituída por pequenos produtores, parceiros, meeiros arrendatários, que tinha garantida sua sobrevivência praticando a agricultura, vê se ameaçada pela implantação da mecanização. Esta acentua, ainda mais, o processo de pauperização e expulsão dos trabalhadores rurais das grandes propriedades que começam a usar máquinas poupadora de mão-de-obra, levando uma grande quantidade de trabalhadores do campo para a cidade para tornar-se mão-de-obra barata tanto para a indústria como para a agricultura e, por conseguinte, transformando-os em trabalhadores assalariados.

Essa modernização visava apenas o aumento da produtividade e não a melhoria das relações sociais de trabalho. Ao contrário, como demonstra Graziano da Silva (1981, p. 18).

“... O objetivo das transformações capitalistas na Agricultura (como em toda a economia) é aumentar a produtividade do trabalho. Isto é, fazer com que cada pessoa possa produzir mais durante o tempo em que está trabalhando. No sistema capitalista quando o trabalhador produz mais, quem ganha é o patrão. É ele que aumenta seus lucros. Por isso o sistema capitalista acumula riqueza de um lado e miséria do outro.”

Então, privados de todos os meios de produção, principalmente a terra, juntamente com a perda da economia de subsistência, todos os membros da família passam a trabalhar para ajudar nos rendimentos familiares: mulheres e crianças tornam-se bóias-frias.¹⁵

Os bóias-frias residem fora das fazendas onde trabalham, geralmente na periferia da cidade. Deslocam-se todos os dias em caminhões e não têm nenhum vínculo empregatício com o empregador. O recrutamento é feito pelo empreiteiro, conhecido como "gato", que contrata o trabalho do bóia-fria e o remunera pela produção diária, ou ainda pela jornada diária de trabalho.

De acordo com D'Incao (1983), a expropriação dos trabalhadores rurais (meeiros, parceiros, arrendatários) do campo se deu graças à expansão do capitalismo nas áreas rurais, momento em que surge o bóia-fria.

"A designação 'bóia-fria, dada ao volante, decorre das condições mais frequentes em que se realiza o seu trabalho. Contratados para desempenhar tarefas em pequenos intervalos de tempo, o volante não pode se fixar no local onde trabalha. Via de regra viaja diariamente para aquele local, levando uma pequena marmita ou calderão com alimento que lhe servirão de almoço. Por falta de instalação para o seu devido aquecimento, a comida é ingerida fria. A principal característica desta categoria de trabalhadores não é, obviamente, a refeição ingerida fria e sim a forma pela qual se realiza a sua contratação. O 'bóia-fria' é contratado para desempenhar determinada tarefa num curto espaço de tempo e sem qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador." (D'Incao - 1983: 109-110).

Segundo Antuniassi, o trabalho assalariado, embora tenha aparecido em alguns períodos históricos, se afirma com o processo de modernização. Na categoria de trabalhadores assalariados temporários encontra-se os "trabalhadores volantes": são trabalhadores que residem na cidade e trabalham nas fazendas por curtos períodos, o que os leva a se deslocar continuamente de uma propriedade agrícola à outra. Para o empresário, o volante lhe permite descumprir obrigações trabalhistas e manter na propriedade apenas a mão-de-obra indispensável ao

¹⁵ Popularmente o termo bóia-fria é usado devido a uma característica marcante desta categoria: a ingestão de comida fria, a qual levam consigo ao saírem de madrugada de suas casas.

trabalho cotidiano. O "empreiteiro", isto é um intermediário, é geralmente dono do caminhão que arremata os trabalhadores na cidade, contratam o preço da diária ou da tarefa com o proprietário e transportam os trabalhadores até o local de trabalho.

O trabalhador volante não conta com um trabalho permanente e assim passa por longos períodos do ano sem ocupação. Ao morar na cidade fica ainda impossibilitado de plantar roças e criar animais para a subsistência. Tendo em vista a temporalidade do trabalho volante na agricultura, o trabalhador residente nas periferias das cidades é colocado como a personificação da unificação do mercado de trabalho rural e urbano, na medida que se constitui em mão-de-obra de reserva para o campo e a cidade. Quando o trabalhador agrícola não é capaz de absorvê-lo, é comum o trabalhador rural volante buscar sua sobrevivência no trabalho urbano não qualificado.

Dado o processo de modernização da agricultura ser desigual, variando de produto para produto e de região para região, os trabalhadores que se assalariam apenas nas épocas de pico das atividades agrícolas são levados a se deslocar de suas terras para grandes distâncias. Podemos então classificar esta modernização de parcial por não cumprir todas as etapas de uma determinada cultura ou seja, do plantio à colheita. A sazonalidade de trabalho dificulta a vida dos trabalhadores bóias-frias. A falta de estabilidade no emprego contribui para o aumento na exploração da força de trabalho. "Mas é o aumento da sazonalidade do trabalho que acompanha o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura brasileira que dá especificidade da proletarianização do volante. Se assim fosse, o processo de expropriação do trabalho rural poderia ter resultado por exemplo, na predominância do assalariado permanente, que também é um proletário". (Graziano da Silva 1981; 142).

O trabalhador volante, expropriado dos meios de produção, se torna temporário se separa da terra que já não é mais o seu "laboratório de trabalho". Nas cidades, estes trabalhadores com baixa escolaridade e sem experiência profissional têm dificuldades para arrumar emprego no mercado de trabalho urbano, formando assim um exército de reserva de mão-de-obra. A escolha deste trabalhador para desempenhar tarefas na agricultura deve-se à sazonalidade da produção agrícola, mas sobretudo às vantagens econômicas que este oferece à classe patronal. Considerado como trabalho desqualificado, os serviços prestados pelo "bóia-fria"

possuem baixa remuneração. Por outro lado, o fato do trabalhador ser temporário, contribui ainda para o não recebimento dos direitos trabalhistas.

O contrato com empreiteiros tira a responsabilidade dos patrões para com os trabalhadores. No Triângulo Mineiro, onde 89% da mão-de-obra no campo não tem carteira assinada, encontramos as "gato cooperativas". Estas, aliadas à terceirização, se encarregam de eliminar os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. Em Minas Gerais, esse índice atinge 16%. Na terceirização, diz um trabalhador bóia-fria, "muita gente ficou só com o bagaço."¹⁶

Cerca de 30% da população economicamente ativa do mundo está desempregada e as políticas econômicas neoliberais, a concentração da terra e a má distribuição da renda, só fazem aumentar o desemprego. Estas são as causas da crise agrária que atravessamos e os seus resultados refletem-se hoje na pele dos milhares de trabalhadores que vendem sua força de trabalho no mercado.

A raiz da crise está na falta de políticas públicas voltadas para as questões sociais. O desemprego aumenta com a substituição de trabalhadores por máquinas agrícolas cada vez mais potentes, automatizam a produção, eliminam postos de trabalho e reduzem os salários. Sem emprego, o trabalhador não pode comprar e não comprando gera mais desemprego. Isto aliado a reforma agrária que o governo Fernando Henrique Cardoso não quer fazer. As áreas sociais como saúde e educação passam por um processo de destruição e sucateamento que visam, na prática, a privatização. O Estado preocupa-se em garantir o grande capital socorrendo bancos falidos (Econômico), protegendo o latifúndio e promovendo a acumulação de riquezas via privatização (CEMIG, Petrobrás, Vale do Rio Doce, entre outras).

O descaso do Poder Público com a agricultura está comprometendo a vida dos milhares de trabalhadores que dependem do seu trabalho e ainda centenas de pequenos produtores que estão sendo eliminados da categoria de produtor, transformando-se em mão-de-obra volante.

¹⁶ Trabalhador bóia-fria na colheita. **Revista Atenção**. "Quem lucra com o trabalho Infantil". Dez 95/jan. 96 ano 1 nº 2.

2. Projetos para combater a exploração do trabalho infantil

O primeiro Projeto Nacional de combate ao trabalho infantil foi criado em 1996 pelo governo federal. O projeto "bolsa-cidadania" consistia em fornecer uma bolsa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada criança, com o compromisso de que ela fosse mantida na escola pela família. As carvoeiras do estado do Mato Grosso foram as primeiras a serem beneficiadas pelo projeto.¹⁷

Em Reitolândia (BA), o projeto "Bode-escola" beneficiou 50 famílias, as quais mantinham crianças menores de 14 anos nas lavouras de sisal. Recebendo um bode e quatro cabras, os pais se comprometeram a tirar os filhos do trabalho pesado, deixando que os mesmos tratem apenas dos animais e estudem, é claro. O projeto é financiado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), MOC (Movimento de Organização Comunitária) UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Reitolândia.¹⁸

No Mato Grosso do Sul, um programa conseguiu tirar cerca de mil crianças das carvoeiras. Trocaram a pá com que carregavam carvão por uma bolsa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para ir à escola.¹⁹

Em Rondônia foi inaugurado no dia 30 de maio de 1998, no garimpo do Bom Futuro, uma escola para retirar 263 crianças de 7 a 14 anos do trabalho. A idéia é erradicar o trabalho infantil no garimpo com uma política de parcerias. O governo Federal, por meio da Secretaria de Assistência Social, banca a bolsa de R\$ 50,00 por mês para as crianças frequentarem a escola o dia todo.²⁰

Minas Gerais conta desde 1997 com a escola fazenda que atende 150 famílias de baixa renda. Os alunos são filhos de lavradores locais conhecidos como "assalariados do café". A fazenda escola mantém convênios com a Secretaria

¹⁷ "Governo tem projeto para erradicação". **Folha de São Paulo**. Caderno Especial sobre Trabalho Infantil. Quinta-feira, 1º maio 1997, p. 4.

¹⁸ "Bode escola: beneficia 50 famílias" **Folha de São Paulo**. Caderno Especial sobre Trabalho Infantil. Quinta-feira 1º maio 1997, p. 5.

¹⁹ "Infância Roubada". **Folha de São Paulo**. Caderno Especial sobre Trabalho Infantil. Quinta-feira, 1º de maio de 1997, p. 1.

²⁰ "Crianças do garimpo seguem trabalhando até receber bolsa". (Mário César Carvalho) **Folha de São Paulo**. Domingo, 31 de maio de 1998, p. 1.

Estadual de Educação de Minas Gerais com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e com a Fundamor. O custo anual da cada criança é de R\$ 900,00 (novecentos reais).²¹

Apesar do inegável mérito de alguns projetos criados por organizações governamentais e não governamentais está claro que somente medidas ousadas, como por exemplo os programas de renda mínima, serão capazes de reduzir a exploração do trabalho infantil: "enquanto persistir uma realidade econômica obrigando as famílias pobres a submeterem suas crianças ao trabalho, dificilmente o poder público eliminará tais práticas só com o repressão."²²

Ademais, uma bolsa de R\$ 50,00 ao menor trabalhador precisa ser avaliada pois é uma quantia baixa que não cobre as despesas da família. Além disso, se a bolsa atrasa, as crianças, na maioria das vezes, continuam trabalhando e perdem o benefício.

O programa Bolsa Escola do governo Fernando Henrique Cardoso pretende atender todos os estados brasileiros, mas existem falhas no programa que entram a eliminação do trabalho infantil. Caio Magri do Programa "Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq" diz: "A bolsa é estratégica na ação e emergencial, mas o governo precisa criar uma política a longo prazo para melhorar a renda das famílias. Sem isso não se erradica trabalho infantil."²³

²¹ "Educação de primeiro mundo chega à roça." (Gabriela Carelli) **O Estado de São Paulo**, sábado 6 de setembro de 1997, p. 6.

²² "Miséria Infantil". **Folha de São Paulo**. Domingo, 17 de novembro de 1996.

²³ "Crianças do garimpo seguem trabalhando até receber bolsa" (Mário César Carvalho) **Folha de São Paulo**. Domingo, 31 de maio de 1998. p. 10.

Capítulo II. SITUAÇÃO DA CRIANÇA BÓIA-FRIA EM MONTE ALEGRE DE MINAS

O município de Monte Alegre de Minas está localizado no Centro Oeste do Triângulo Mineiro, integrando a Microregião de Uberlândia com uma área de 2.718 Km², sendo constituído por um único distrito, a sede. Fazem limites com Monte Alegre de Minas os municípios: Ituiutaba, Canápolis, Centralina, Tupaciguara, Uberlândia e Prata.

Monte Alegre de Minas ganhou fama no cenário nacional por abrigar os restos mortais²⁴ dos soldados que combateram na Guerra do Paraguai. Possui uma população de aproximadamente 25.000 habitantes,²⁵ sendo que dentre estes 5.000 são trabalhadores rurais, incluindo mulheres e crianças. Estes são predominantemente bóias-frias e vivem basicamente do dinheiro que recebem pelo seu dia de trabalho.

Em 1866, o município recebeu os primeiros habitantes.

“No começo do século XIX uma numerosa família mineira, na tentativa de apossar-se de terras devolutas no sertão de Goiás, empreendeu viagem de mudança para aquelas plagas inóspitas seguindo corajosamente a caravana de aventureiros por um caminho aberto que ligava parte da capitania das Minas Gerais às terras goianas naquele rumo. Quando a caravana alcançava o ponto do caminho onde fica hoje a cidade, adoeceu gravemente um de seus membros motivando essa fatalidade uma parada obrigatória de alguns meses na localidade. Sem recursos de remédios que o caso exigia, para combater-se a enfermidade fervorosos devotos que eram de São Francisco das Chagas, o chefe da família fez então uma promessa ao santo de doar naquela localidade um terreno para o patrimônio de uma capela que ali seria edificada em seu louvor caso o doente recebesse o milagre da cura. Foi recebida a graça suplicada ao milagroso santo. Por esse motivo a família não seguiu viagem, que faria depois posta em prática o que havia prometido temendo o castigo do Santo se não cumprisse a promessa. Com a junção de outros aventureiros, que se

²⁴ O cemitério é hoje ponto turístico da cidade. Foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional e transformado em Monumento aos Heróis Retirantes de Laguna.

²⁵ Estimativa da população para o ano de 1995, segundo dados fornecidos pelo IBGE em 1993.

seguiram o mesmo itinerário, formaram uma agregação das famílias de Antônio Luiz Pereira, Gonçalves da Costa Martins de Sá, Manoel Feliz e Cardoso. Esses primeiros povoados do arraial em formação abrigaram-se em humildes ranchos construídos na sua maioria de madeira, capim e palha de leuriti em vielas abertas à margem dos Córregos Monte Alegre e Maria Elias, onde a servidão de excelente água era abundante nos regos derivados das nascentes. Na extremidade do Triângulo formado pela confluência desses veios d'água, traçaram as primeiras ruas da futura cidade, a quadra para necrópole e a praça onde foi erguida a capela de São Francisco das Chagas, o padroeiro do povoado.²⁶

O povoado passou por sucessivas transformações e só em 1948 recebeu o nome atual de Monte Alegre de Minas. Historicamente sua economia é baseada na agropecuária atividades economia mais importante da região do Triângulo Mineiro.

O seu desenvolvimento econômico está estritamente ligado às infra-estruturas implantadas no Triângulo Mineiro com a criação de Brasília (1960) e com as políticas agrícolas estabelecidos no governo militar, em especial a modernização da agricultura.

A implantação e ampliação das rodovias federais, BR-365 e BR-153, visaram ligar o restante do país à capital federal e colocaram Monte Alegre de Minas em contato com os municípios do Triângulo Mineiro Minas Gerais, o Sul e o Sudeste de Goiás, possibilitando que seus produtos agrícolas (abacaxi, café, milho) e pecuários (gado de corte e leite) sejam comercializados com outros centros urbanos.

A modernização da agricultura que ocorreu especialmente na região Centro-Sul impulsionou a ocupação e a transformação do espaço agrário de Monte Alegre de Minas. A partir da década de 1970 a região recebeu um impulso populacional quando a modernização agrícola expandiu-se no campo, alterando as relações sociais de produção existentes.²⁷

²⁶ ESTEVES, M. G. M. et al. **Monte Alegre de Minas**. Escola Estadual de Monte Alegre de Minas / Serviço Municipal de Educação, 1985.

²⁷ (IBGE 1995 - Folha de São Paulo, 1º de Maio/1997).

“A crise agrária afeta, sobretudo, o trabalhador rural, que vivia no campo e se vê obrigado a transferir-se para os centros urbanos, tornando-se mão-de-obra barata, tanto para a indústria como para a agricultura. Os que trabalham nas indústrias são os operários, enquanto os que trabalham na agricultura são os volantes, comumente chamados pelos demais segmentos da sociedade, de “bóias-frias”.²⁸

Monte Alegre de Minas, como todo o restante do país, está vivendo graves problemas sociais. Porém, o trabalho infantil destaca-se e, em especial, o das crianças submetidas às tarefas agrícolas.



²⁸ ARAÚJO, F. F. Os bóias-frias na cultura do abacaxi em Monte Alegre de Minas. DEGEO/UFU, 1997. (Monografia, Bacharelado).

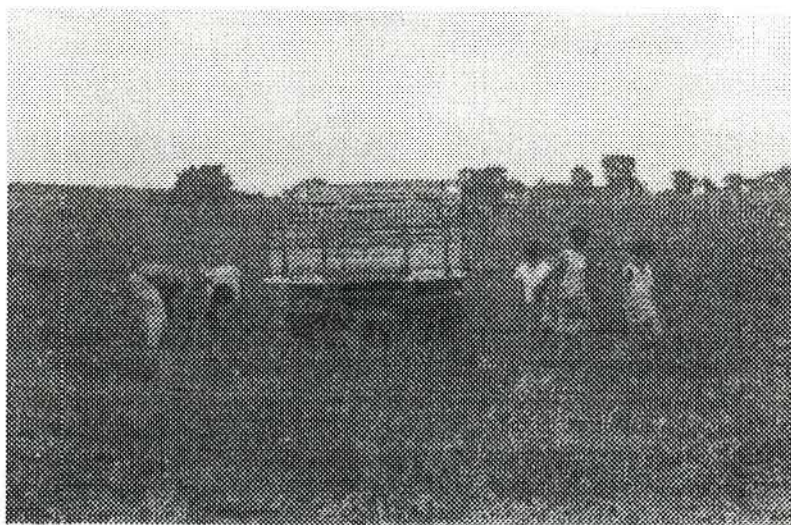


Figura 1-2: Crianças ajudam os pais no “arrancamento” da mandioca.

Autor: Rildo Costa

De acordo com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Alegre de Minas, o município conta com 5.000 trabalhadores. Dentre eles, uma parcela é composta por mulheres e crianças. Contudo, é difícil comprovar a presença da criança no trabalho agrícola, bem como a sua importância na vida da família, pelo fato de estar atrelado ao trabalho do adulto, como demonstra Machado.

“No meio rural a participação da criança como o da mulher está ‘escondida’ sob a relação contratual que se estabelece entre o proprietário e o membro adulto masculino da família.”²⁹

Esta relação estabelecida entre o proprietário e o membro adulto masculino da família cria uma certa dificuldade em demonstrar o trabalho infantil nas lavouras. Outro fator relevante é que 21,5% destas crianças não recebem um salário, sendo o resultado do seu trabalho apenas um complemento da renda familiar. Na maioria das vezes, elas nem vêem a “cor do dinheiro”. (Vide tabela 2).

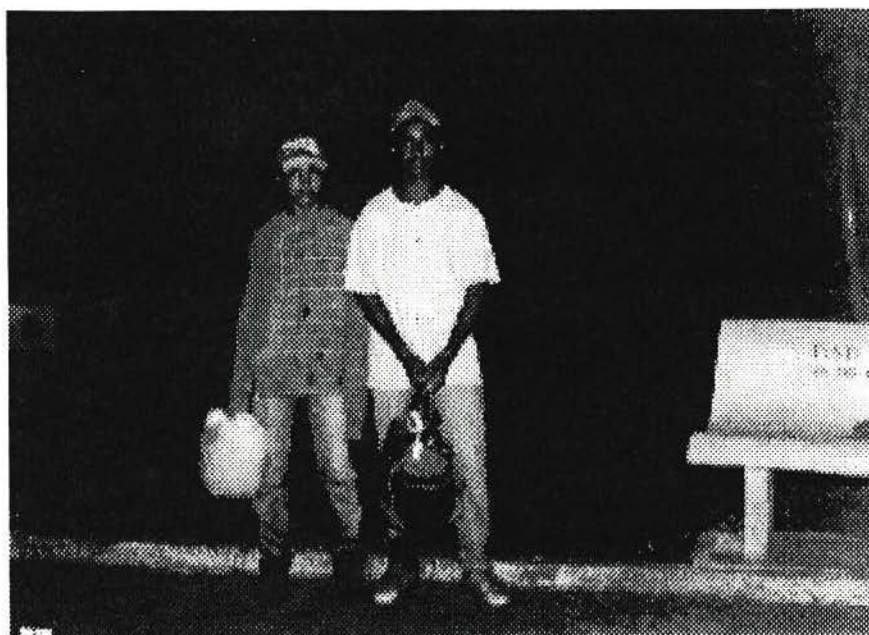
²⁹ MACHADO, Neto. “Meninos Trabalhadores.” In: **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, nº 31, dez, 1975, p. 96.

Tabela 2. MONTE ALEGRE DE MINAS: ESTRUTURA SALARIAL DOS “BOÍAS-FRIAS” MIRINS SEMANALMENTE 1995 - 1997. (EM REAIS).

	Nº	%
não recebem	4	21,5
10 a 20	1	5
21 a 30	5	26,5
31 a 40	9	47
Total	19	100

Fonte: Dados sistematizados a partir das informações obtidas nas entrevistas realizadas com trabalhadores bóias-frias mirins em Monte Alegre de Minas entre 1995 - 1997.

As condições de trabalho dos bóias-frias são precárias. Acordam às 4:30 horas para preparar a comida e enfrentar uma jornada diária que varia de 8 a 12 horas de trabalho. Normalmente, os caminhões vêm buscá-los nos “pontos” e quando terminam de “recolher” todos para seguirem em direção à lavoura já são 6:00 horas. Iniciam as atividades às 7:00 horas e só encerram às 16:00, momento em que voltam para casa. O horário de almoço fica a critério dos trabalhadores.



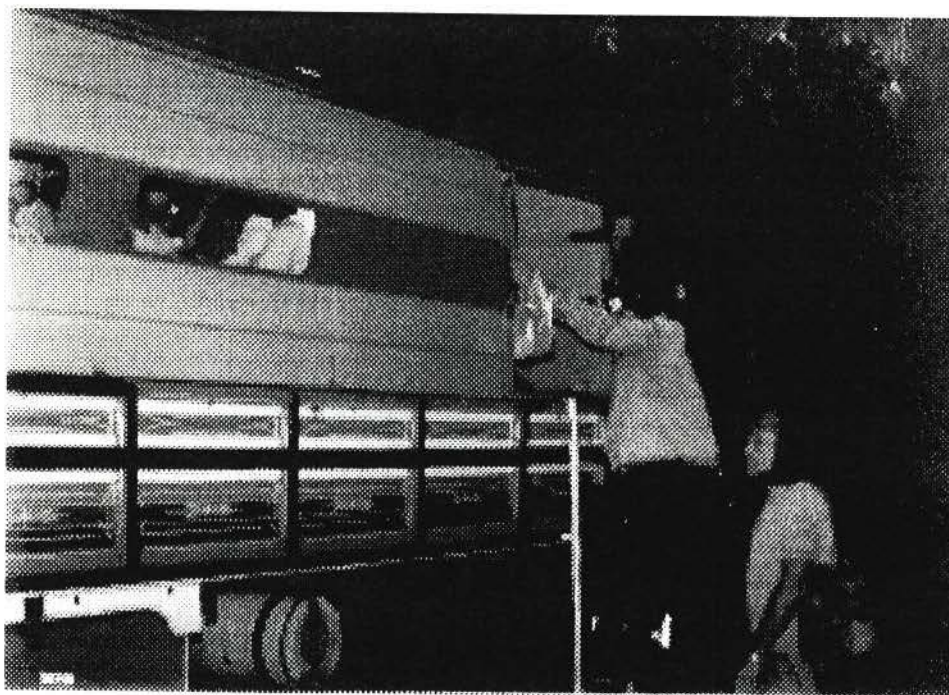


Figura 3 - 4: Trabalhadores adultos e mirins sendo recolhidos "nos pontos" para o trabalho na lavoura. Dezembro/1996.

Autor: Rildo Costa.

Quanto ao recrutamento, a grande maioria dos trabalhadores são contratados pelos empreiteiros comumente chamados de "gatos". Assim, o trabalhador não tem vínculo empregatício com o patrão, livrando-se este dos encargos trabalhistas.

Em um curto espaço de tempo, os trabalhadores prestam serviços para várias pessoas. Esta instabilidade dificulta o respeito aos direitos trabalhistas. Sendo assim, quase todo trabalhador bóia-fria não recebe o que lhe é de direito: não tem carteira assinada, não recebe o 13º salário e nem tem férias.

Outro problema grave é a falta de equipamentos quando se executa tarefas agrícolas de risco, como por exemplo, o uso do agrotóxicos no combate às pragas das lavouras. Ademais, ficam expostas a picadas de animais peçonhentos e também a pequenos acidentes com foices, podões e enxadas.

A precariedade em que vive o trabalhador bóia-fria de Monte Alegre de Minas é muito grande, pois este enfrenta vários tipos de dificuldades: má alimentação, péssimas condições de moradia, deficiente atendimento médico, entre outros.

Neste contexto, destaca-se a presença da criança bóia-fria. Ela participa de diversas atividades agrícolas e desempenha as mesmas funções de um trabalhador adulto.

A tabela 3 mostra a diversidade de serviços que os trabalhadores mirins realizam.

Tabela 3. ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS “BOÍAS-FRIAS” MIRINS NO MUNICÍPIO MONTE ALEGRE DE MINAS - MG. DE 1995 - 1997.

	Nº	%
colheita de feijão	3	15,5
colheita de café	4	21,5
colheita de milho	2	10,5
plantio e tratos culturais do abacaxi	3	15,5
colheita da laranja	2	10,5
roçar pasto	2	10,5
plantio de mudas	1	5
capinas	2	10,5
Total	19	100

Fonte: Dados sistematizados a partir das informações obtidas nas entrevistas realizadas com trabalhadores bóias-frias mirins em Monte Alegre de Minas entre 1995 - 1997.

Nessas lavouras, os meninos entram em contato com agrotóxicos, ficam expostos ao frio e ao calor. A alimentação deixa muito a desejar, recebem duas refeições diárias almoço e jantar dificilmente comem frutas e verduras. Assim como seus pais, não possuem proteção trabalhista nem mesmo a carteira assinada. Aliás, nem sabem que é necessário ter uma carteira de trabalho assinada.

O trabalho nas lavouras é bastante penoso e quase as crianças realizam tarefas que estão acima da sua capacidade física, o que pode provocar danos terríveis ao desenvolvimento físico, mental e intelectual da mesma.

A disponibilidade para o trabalho está diretamente relacionada com as necessidades da família. Quanto mais pobre a família, mais cedo a criança começa a trabalhar. As principais razões que empurram as meninas e meninos para o trabalho são: desemprego dos pais, doença ou invalidez do membro adulto ou ainda quando a criança mora com parentes. Nesses casos, a criança entra mais precocemente no mercado de trabalho.

“Aos 8 anos a menina Maria Aparecida ainda não sabe ler nem escrever. Na companhia de seu pai e mais quatro irmãos saem de casa às 5:00 horas para a colheita de feijão. Sonha em ganhar uma bicicleta e quando crescer quer ser atriz de novela. Gosta de brincar de pique-pega. “Brinco na roça na hora que dá tempo e de tarde no domingo.” Escola para essas crianças é só quando não tem colheita.”

As necessidades da família constituem também fator decisivo para a maior ou menor frequência à escola. Se a família precisar do trabalho constante da criança, pode acontecer o total abandono da escola. É o caso de Juvenil Olímpio.

“Juvenil 13 anos. Mora só com o pai, a mãe foi embora quando tinha quatro anos de idade. Trabalha na fazenda ABC, raleando milho. Recebe R\$ 5,00 (cinco reais) por dia. Não terminou nem a 1ª série. “Eu saí da escola por que tinha que trabalhar, meu pai tem úlcera, fica só em casa. Preciso ajudar minha irmã nas despesas da casa.”

A tabela 4 mostra 63,6% das crianças bóias-frias entrevistados em Monte Alegre de Minas no período de 1995 a 1997, iniciando as atividades nas lavouras entre os 6 e 8 anos de idade. Elas chegam a ter uma jornada de 12 horas de trabalho.

Tabela 4. MONTE ALEGRE DE MINAS - 1995 /1997, IDADE COM QUE COMEÇOU A TRABALHAR.

	Nº	%
dos 6 aos 8 anos	12	63,16
dos 9 aos 11 anos	4	21,05
dos 11 aos 14 anos	3	15,79
Total	19	100

Fonte: Dados sistematizados a partir das informações obtidas nas entrevistas realizadas com trabalhadores bóias-frias mirins em Monte Alegre de Minas entre 1995 - 1997.

O excesso de esforço das crianças que trabalham na lavoura faz com que 68,42% delas reclamem de cansaço. (Vide tabela 5).

Tabela 5. MONTE ALEGRE DE MINAS - 1995 / 1997, CONSEQUÊNCIA DO EXCESSO DE ESFORÇO FÍSICO.

	Nº	%
dor nas costas	3	15,79
dor nas pernas	3	15,79
cansaço	13	68,42
Total	19	100

Fonte: Dados sistematizados a partir das informações obtidas nas entrevistas realizadas com trabalhadores bóias-frias mirins em Monte Alegre de Minas entre 1995 - 1997.

Desta forma, essas crianças vivenciam uma infância sacrificada pelo trabalho precoce, na medida em que não encontram nessa realidade o mínimo de espaço desejável para as brincadeiras, tão fundamentais ao seu desenvolvimento. Raramente agem como crianças, pois as responsabilidades que o trabalho exige não permitem as brincadeiras típicas da infância, a menos nos raros intervalos de tempos nos finais de semana. Esmeralda Blanco³⁰ afirma que a criança, ao ingressar no mundo do trabalho, perde as características próprias de sua natureza, desaparece o lúdico substituído pela responsabilidade.

Os relatos dos menores Fabrício e Ivan são ilustrativos de como a inserção precoce no mercado de trabalho prejudica o desenvolvimento da criança:

“Aos 11 anos ele é mirrado como os seus primos que trabalha na colheita do café. Trabalha desde só 7 anos de idade; no município ou em outras regiões como em Patrocínio e Centralina. Recebe R\$ 5,00 por dia. Acorda 5:00 horas da manhã e chega 17:00 horas em casa. Estuda na 3º série, mas na época das colheitas matas as aulas, mais mesmo assim é esforçado e inteligente vai ser aprovado. Mora com o avô que é doente, recebe uma pensão de INSS. Na casa só Fabrício

³⁰ BLANCO, Esmeralda. **O Trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulista (1890-1920)**. São Paulo, USP/FFLCH, 1997. (Dissertação, Mestrado).

trabalha. Reclama de dor nas costas, do puxão de orelha do tio que o leva para a lavoura e sonha em ser policial.”³¹

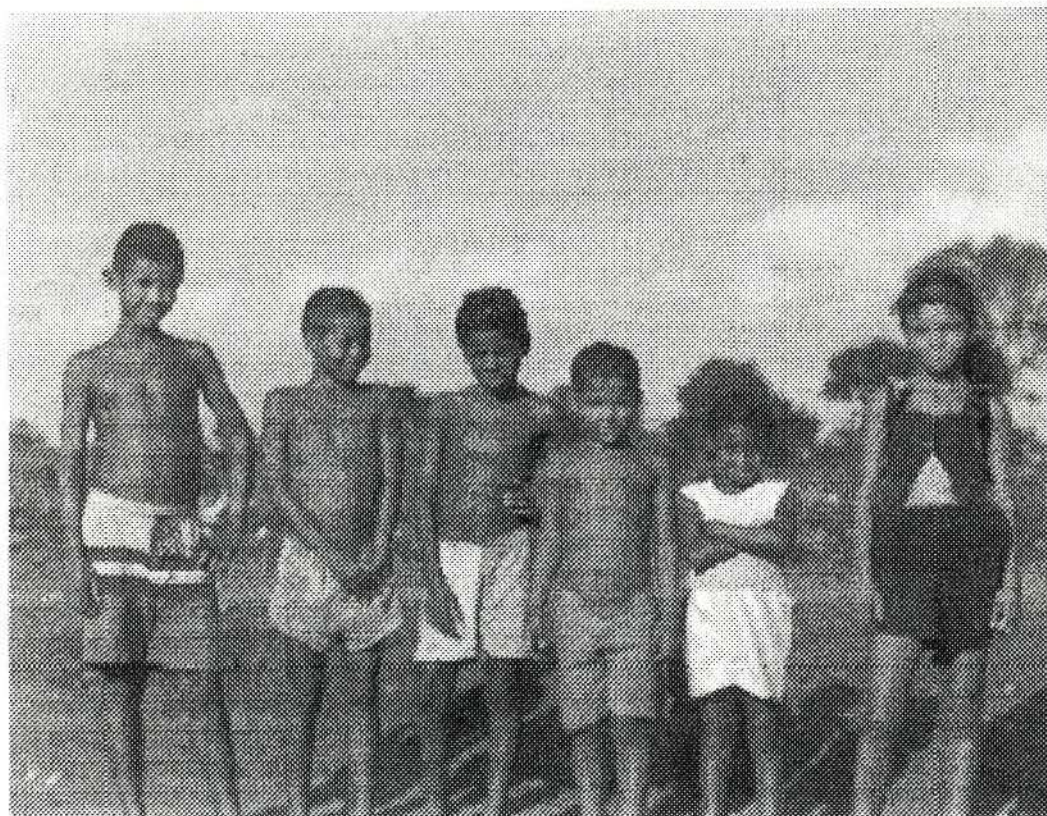


Figura 5: Exemplo do perfil das crianças “bóias-frias” do município de Monte Alegre de Minas - da direita para esquerda: Agnaldo -14 anos, Márcio - 11 anos, Fabrício - 11 anos, Fabiano - 8 anos, Rosângela - 8 anos, Rosalina, 12 anos.

Autor: Rildo Costa

“Seis hora da manhã em Monte Alegre de Minas. Ivan 15 anos junto os dois irmãos Jones 16 anos e Adalto 14 anos sobem na caminhonete para ir para a colheita de feijão. Eles estudam a noite e brincam só nos domingos. A mãe morreu de câncer e o pai fica cuidando da casa. Recebem R\$ 8,00 por dia. Ivan reclama do cansaço por ficar o dia todo agachado e diz que acha que não quer ser nada quando crescer.”³²

³¹ (Dados extraídos da entrevista realizada em 27 de abril de 1997 em Monte Alegre de Minas com a criança bóia-fria Fabrício Moraes de Souza - 11 anos).

³² (Dados extraídos da entrevista realizada em julho de 1997 em Monte Alegre de Minas com a criança bóia-fria Ivan Santos Silveira - 15 anos)

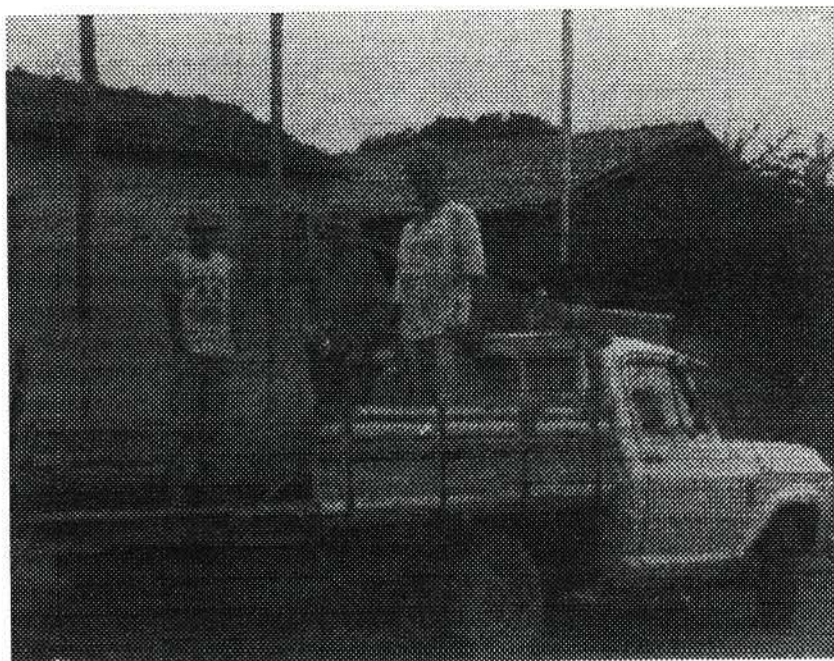


Figura 6: Trabalhadores mirins (Ivan - 15 anos, Jones - 16 anos e Adalberto - 14 anos) sendo conduzidos à lavoura de abacaxi em camionete.

Autor: Rildo Costa

Diante dos estudos constatou-se que a época em que acontece maior índice de evasão escolar coincide com o período das colheitas, onde a criança é absorvida como mão-de-obra volante. Apesar de realizarem outras atividades na agricultura, é na colheita que se efetiva o seu trabalho. (ver tabela 3 e 6).

Tabela 6. PERÍODO DE SAFRA DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS EM MONTE ALEGRE DE MINAS

Produtos cultivados	Épocas das colheitas
Café	de maio a agosto
Laranja	de março a maio
Milho	de fevereiro a abril
Feijão	de abril a maio

Fonte: EMATER-MG. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER). Monte Alegre de Minas, jul./93 a jun./94.

Deve-se ressaltar que a colheita do abacaxi é uma atividade pesada, por isso quase nunca estes trabalhadores mirins desempenham tarefas neste serviço, embora ajudem seus pais na embalagem de abacaxi nos barracões.



Figura 7 e 8: Crianças ajudam os pais nos barracões.

Autor: Rildo Costa

É importante também lembrar que as mudanças na agricultura, devido à nova tecnologia empregada, fez com que a época das colheitas sofresse modificações, tornando possível que algumas culturas dessem safra praticamente todo o ano. Isto explica os frequentes abandonos temporários de algumas crianças, haja visto que não existe uma data precisa para irem para as lavouras.

Capítulo III. A EVASÃO ESCOLAR EM MONTE ALEGRE DE MINAS

No Brasil, vivemos uma consciência crescente do direito à educação e, no entanto, a estrutura do nosso sistema escolar está materializado, num sistema de exclusão. A política educacional hoje dá ênfase à necessidade de oferecer oportunidades a todos de frequentarem a escola (analfabetos, adultos, jovens e crianças), porém isto ainda é um desafio, já que o sistema é estruturado para selecionar e excluir.

A Constituição Federal garante a todos o direito à educação, mas esta garantia limita-se ao papel, pois o cenário brasileiro apresenta outra realidade. A prática política dos governos brasileiros vem contrariando todos os direitos que a população tem em relação à educação. No momento, assistimos a divisão da responsabilidade que a nação tem para com a educação com estados e municípios, sem contar o incentivo que se tem dado à rede privada. Convivemos atualmente com cerca de 20 milhões de analfabetos e 4 milhões de crianças fora da escola,³³ o que demonstra que os planos para educação no Brasil limitam-se aos projetos.

Os anos 80, caracterizados por avanços e retrocessos no plano educacional, ilustram bem como as leis são elaboradas de acordo com os interesses dos grupos que detêm o poder. A elaboração da nova LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação) é exemplar do autoritarismo do atual governo, pois esta não contou com a participação da sociedade, e eliminou todo o percurso que sofreu nos 08 (oito) anos que ficou em tramitação no Congresso Nacional.

Em 1988, logo após a promulgação da nova Constituição Federal do Brasil, teve início um processo de discussão para a elaboração da nova LDB. Neste momento houve a mobilização dos educadores que, juntamente com uma multiplicidade de organizações, deram sustentáculo ao debate buscando garantir de forma democrática a manutenção e a qualidade do ensino público. "Este projeto pode ter sido o mais democrático e aberto método de elaboração de uma lei de que se tem notícia no Congresso Nacional, teve iniciativa do Legislativo (e não do

³³ HUZAK, Holanda & AZEVEDO, João. **Crianças de fibra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

executivo como de praxe), foi gestado no âmbito da comunidade educacional” (C. M. CUNHA, 1998).

Contudo, houve um retrocesso no processo de elaboração da LDB quando mudou a política com o novo governo Fernando Henrique Cardoso. A perspectiva avançada da LDB, explicitada no projeto Jorge Hage e aprovado pela comissão de Educação na Câmara, foi soterrada. Esta comissão foi dissolvida e, através de manobras, mudou-se o conteúdo da LDB, gerando perda de conquistas para a educação nacional. Em 20/12/96 foi promulgada a nossa Lei de Diretrizes e Bases. Em Minas Gerais, como em todo o país, o debate hoje gira em torno da municipalização do ensino fundamental e da LDB, eixos da reorganização do ensino público que está associada à reforma do Estado.

A municipalização das escolas estaduais em Minas Gerais já havia sido tentada pelo governo Newton Cardoso, mas a resistência de educadores e de prefeitos municipais impediram que ela acontecesse, pois não havia garantias que o nível do ensino básico se mantivesse. O Estado porém não desistiu de transferir a responsabilidade de parte do ensino básico para os municípios e com a política dos governos federal (Fernando Henrique Cardoso) e estadual (Eduardo Azeredo) muitas prefeituras aderiram ao projeto.

A propaganda do governo é de que com a municipalização cria-se uma parceria entre estado e município, vide o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. O fundo é uma conta especial, utilizada especificamente para a Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Ele redefine os critérios para distribuição de verbas municipais, estaduais e federais para a educação com ênfase no ensino fundamental. A lei condiciona o repasse de verbas do Fundo à matrícula nesse nível de ensino.

Quanto aos profissionais, o clima é de incerteza. Os professores efetivos continuam trabalhando nas escolas municipais em regime de adjunção ou disposição. Já os designados foram demitidos em sua maioria com a nucleação das escolas estaduais. A adjunção do pessoal do magistério é temporária e pode ser com ou sem despesa para o estado, dependendo da análise de cada proposta apresentada, variando de município para município. Há ainda ameaça de desemprego

com a instituição da Lei Rita Camata que prevê o máximo de 60% da receita com gastos na folha de pagamento com o funcionalismo público.

Percebe-se nos anos 90 um aprofundamento da crise em todos os aspectos. De acordo com Frigotto,³⁴ a crise econômica é consequência da globalização da economia pelo mecanismo das transnacionais e pelo reordenamento das grandes potências, pelo domínio e monopólio da tecnologia e pela imposição dos ajustes internos para o pagamento da dívida, causando no Brasil a recessão, o arrocho salarial, o aumento do desemprego e subemprego, a privatização do patrimônio público. A crise política é facilmente notada pelo descrédito nos governos.

Diante desta situação, percebemos o caos da educação brasileira. A qualidade do ensino em todos os níveis está comprometida, a questão da aprendizagem está relegada ao esquecimento, o provão do ensino superior, do ensino médio e fundamental caminha para a distribuição de verbas associado ao princípio da produtividade tal qual o modelo empresarial, não há preocupação com a efetiva aprendizagem.

As políticas econômicas-sociais adotadas nas últimas décadas pouco têm contribuído para resolver problemas tais como: analfabetismo, a baixa escolaridade, e sobretudo a evasão escolar que atinge principalmente as crianças que trabalham na agricultura. A condição social da criança é fator decisivo no momento de ir para a escola. Segundo relatório do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o Brasil tem atualmente uma das mais altas taxas de evasão escolar, perde apenas para Guiné Bissau e Haiti.³⁵ Pesquisas realizadas pela Data/Folha nos diversos estados brasileiros também indicam índices alarmantes de evasão escolar.

No primeiro semestre de 1997, verificou-se que na Zona da Mata pernambucana, onde predomina a cultura da cana-de-açúcar, 74% das crianças foram reprovadas. Na região do sisal, na Bahia, o índice de repetência chegou a 62% e em São Paulo a 56%. No estado do Acre, de cada 100 crianças que se matriculam na zona rural, apenas 8 concluem a 4ª série do primeiro grau. Em 1996, no estado do Espírito Santo, 100% das crianças que trabalhavam nas carvoeiras estavam fora da

³⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio. "O Contexto Sócio-Político Brasileiro e a Educação nas décadas de 70-90". In: **Conteúdo e Educação**. Universidade de Ijuí, Ano 6. nº 24 out./dez. 1991. p.43-87.

³⁵ HUZAK, Holanda C. Azevedo, Jô. **Crianças de fibra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 7.

escola. No Piauí, 80% das crianças e adolescente que trabalham nas salinas não estudam. No Ceará, as crianças que trabalham na colheita da castanha de caju estão na faixa etária de 5 a 14 anos de idade e mais de 10% nunca frequentaram a escola³⁶. Estes dados são ilustrativos e mostram como trabalho infantil não combina com escola.

Em Monte Alegre de Minas a realidade não é diferente - 47,5% das crianças que realizam tarefas nas lavouras não frequentam a escola, como demonstra a tabela 7 abaixo.

Tabela 7. MONTE ALEGRE DE MINAS: CRIANÇAS BÓIAS-FRIAS FREQUENTES E NÃO FREQUENTES À ESCOLA DE 1995 A 1997.³⁷

	Nº	IDADE	%
não estuda	9	14 a 17	47,5
1ª série	2	8 e 10	10,5
2ª série	1	12	5
3ª serie	3	11 a 17	15,5
4ª série	4	14 a 15	21,5
Total	19	11 aos 17	100

Sabe-se que a atual circunstância político econômica que o Brasil atravessa não garante à família o seu sustento. Por isso, as crianças ingressam cada vez mais cedo no mercado de trabalho afastando-se da escola. Esta realidade pode ser comprovada através da pesquisa que realizamos nas escolas urbanas de Monte Alegre de Minas. Percebemos que, de uma forma geral, houve um acréscimo gradativo de evasão escolar entre os anos de 1995 a 1997, principalmente nas escolas de bairro que recebem as crianças bóias-frias que executam tarefas na

³⁶ Relatório Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Brasileira, outubro de 1997.

³⁷ As tabelas e gráficos apresentadas neste capítulo foram elaboradas a partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas com trabalhadores bóias-frias mirins em Monte Alegre de Minas entre 1995 - 1997.

agricultura. A disponibilidade do serviço nas lavouras está associada às intempéries climáticas, tal como a geada e sobretudo a sazonalidade de trabalho, interferindo diretamente no recrutamento das crianças, e com reflexos na vida escolar das mesmas.

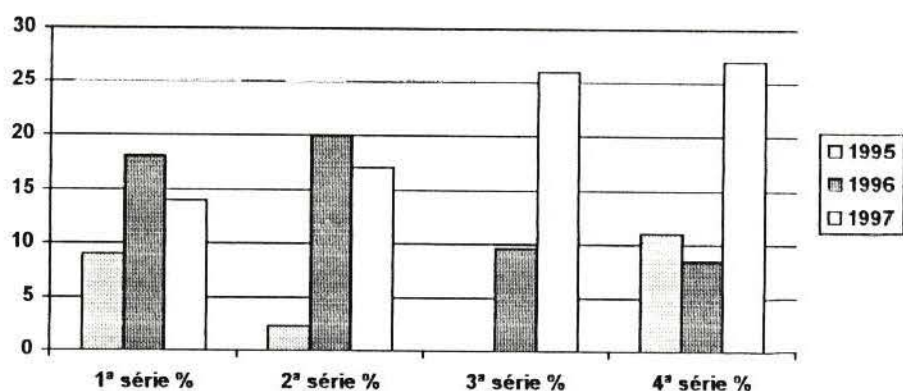
Como a educação para a classe pobre serve como veículo de mobilidade social, a criança carente, privada do direito de frequentar a escola por causa do trabalho, perde a oportunidade de transformar sua realidade social e econômica. Ademais, futuramente fica sem condições de competir no mercado de trabalho, que cada vez exige maior qualificação profissional do trabalhador. Notamos, através de dados levantados nas escolas de Monte Alegre de Minas, que a evasão escolar faz parte principalmente da vida dos meninos trabalhadores rurais que, em sua maioria, encontram-se nas escolas periféricas.

A "Escola Municipal Márcia Caetano Alves" localizada no Bairro Paloma atende a comunidade do próprio bairro, bem como de outros circunvizinhos (Nossa Senhora Aparecida e Chapada). Estes bairros contam com uma população de baixa renda justificando o elevado índice de evasão escolar que foi alarmante em 1997, alcançando na terceira série 26% e quarta série 27%. (Vide tabela 8 e gráfico 1).

Tabela 8. Percentual de Evasão da Escola Municipal Márcia Caetano Alves

Ano	1ª série %	2ª série %	3ª série %	4ª série %
1995	9	2,30	0	11
1996	18	20	9,6	8,50
1997	14	17	26	27

Gráfico 1. Percentual de Evasão da Escola Municipal Márcia Caetano Alves.

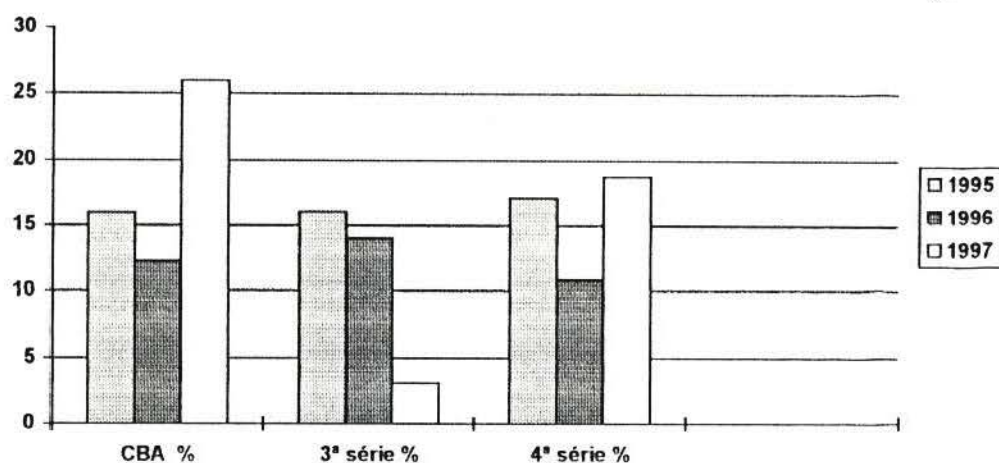


Inserido neste contexto, encontra-se a “Escola Estadual Eufrasina da Costa Araújo” (bairro Flamengo) que, além de atender os moradores do próprio bairro, acolhem também as crianças do bairro Bela Vista e Rancho Alegre. A sua clientela é a mais carente da cidade e isto pode ser comprovado através dos dados da evasão escolar. (vide tabela 9 e gráfico 2).

Tabela 9. Percentual de Evasão da E. E. Eufrasina da Costa Araújo

Ano	CBA %	3ª série %	4ª série %
1995	16	16,10	17,10
1996	12,30	14	10,90
1997	26	3,12	18,75

Gráfico 2. Percentual de Evasão da E. E. Eufrasina da Costa Araújo



Um outro cenário foi vislumbrado nas escolas localizadas na parte central da cidade. E. E. Antenor Airoso Machado e E. E. Luís Dutram Alvim. Elas possuem um índice de evasão menor em relação às escolas periféricas. (vide tabela 10 e 11 e gráficos 3 e 4). Isto reside no fato de que as escolas centrais recebem uma parcela de crianças carentes oriundas dos bairros pobres. Por outro lado, as escolas periféricas não recebem crianças que moram no centro da cidade, visto que possuem um maior poder aquisitivo.

Tabela 10. Percentual de Evasão E. E. Antenor Airoso Machado

Ano	CBA %	3ª série %	4ª série %
1995	0	0	0
1996	7,40	1,70	4,30
1997	1	8,40	5,60

Gráfico 3. Percentual de Evasão E. E. Antenor Airosa Machado

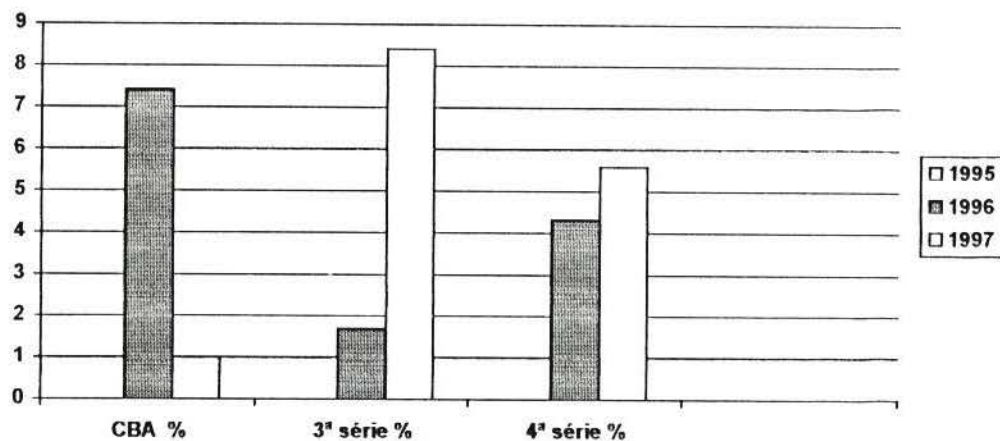
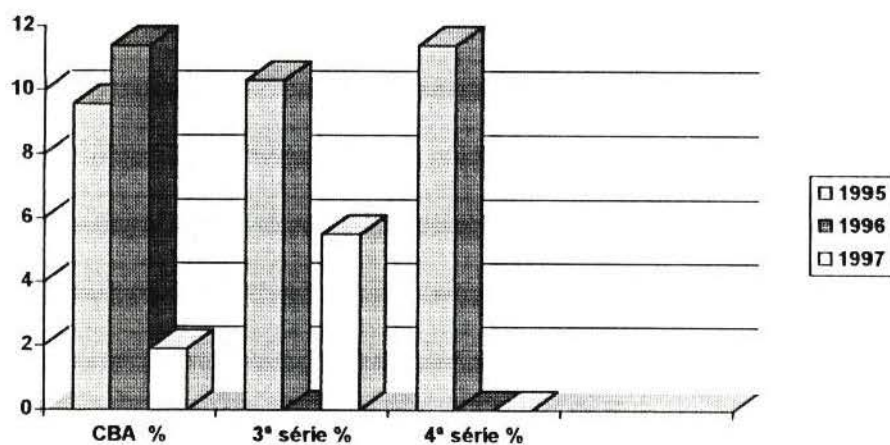


Tabela 11. Percentual de Evasão E. E. Luís Dutra Alvim

Ano	CBA %	3ª série %	4ª série %
1995	9,56	10,30	11,40
1996	11,40	0	0
1997	1,90	5,50	0

Gráfico 4. Percentual de Evasão E. E. Luís Dutra Alvim



A vida escolar de um(a) menino(a) trabalhador é cheia de tropeços, ou seja, nunca inicia e termina o ano sem passar por grandes intervalos fora da escola. A análise de Cervini e Burger deixa claro as consequências do trabalho na vida escolar das crianças trabalhadoras.

“A entrada tardia à escola, os frequentes abandonos temporários, a repetência, o atraso etário com relação à série e finalmente a expulsão definitiva constituem fases recorrentes do caminho escolar - estigmatizante e corroedor de auto-estima do menino carente trabalhador.”³⁸

Contudo, a vontade de conquistar um diploma faz com que haja uma persistência dessas crianças para se manterem na escola, pois as atividades produtivas não oferecem nenhuma qualificação e, a exemplo dos pais que também trabalham desde pequenos, parecem estar condenados a continuar trabalhando sem mudar suas condições de vida.

Como demonstra a tabela 7, há um atraso nas séries iniciais das crianças que trabalham nas lavouras. Com idades variando entre 15 e 17 anos elas ainda não conseguiram ultrapassar a 4ª série e, o que é pior, a maioria não vai além. Constatamos que 10,5% cursam a 1ª série, 5% cursam a 2ª série, 15,5% cursam a 3ª série e 21,5% cursam a 4ª série.

O trabalho infantil compromete o desenvolvimento da criança, especialmente o seu direito de aprender e a frequentar a escola. A história de vida de José Ronaldo é exemplar do caso de abandono escolar por causa do trabalho. Diz ele:

“Queria ser motorista, viajar, mais do jeito que vai não vou conseguir voltar para a escola.”³⁹

³⁸ CERVINI, Ruben e FAUSTO, Ailton. **O Trabalho e a Rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. Cortez Editora. São Paulo. 1988.

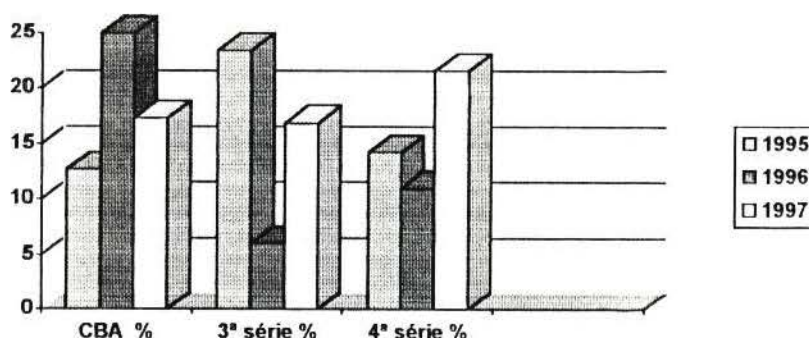
³⁹ José Ronaldo tem 17 anos, trabalha desde os 9 anos e parou de estudar na 3ª série para ajudar os pais. Sua mãe é passageira e seu pai corta abacaxi. Seus irmãos menores estudam e vendem picolé depois da aula. Dados extraídos da entrevista com o adolescente bóia-fria José Ronaldo em 20/01/97.

Infelizmente, como José Ronaldo, milhares de crianças abandonam a escola para ajudar os pais na lavoura. Assim, o trabalho da criança aumenta a renda familiar, o que facilita a permanência dos filhos menores na escola. Geralmente, as crianças encerram sua vida escolar na 3ª ou 4ª série do primeiro grau. Observando os dados sobre evasão escolar da "Escola Estadual Tancredo Martins", percebemos que em 1995 a 3ª série teve um índice de evasão de 23,4% e 4ª série em 1997 21,6%. Vale ainda ressaltar que o CBA (1ª e 2ª séries) também sofreu um significativo abandono de crianças. Isto reside no fato de que há um índice alto de repetência nas séries iniciais, provocando uma discrepância entre faixa etária e série cursada. (vide tabela 12 e gráfico 5).

Tabela 12. Percentual de Evasão E. E. Tancredo Martins

Ano	CBA %	3ª série %	4ª série %
1995	12,70	23,40	14,20
1996	25	6	11
1997	17,30	16,90	21,60

Gráfico 5. Percentual de Evasão E. E. Tancredo Martins



Sofrendo reflexos da política educacional brasileira, Monte Alegre de Minas passa por mudanças significativas neste primeiro semestre de 1998, tanto a nível de ensino fundamental como de ensino médio.

Em 1997, havia na sede do município quatro escolas estaduais, quais sejam E. E. Luís Dutra Alvim (CBA, 3ª e 4ª série); E. E. Tancredo Martins (CBA 3ª e 4ª

série); E. E. Antenor Airoso Machado (CBA 3ª e 4ª série) e E. E. Eufrasina da Costa Araújo (CBA 3ª e 4ª série e 5ª a 8ª série). Além destas, a Escola Municipal Márcia Caetano Alves (1ª a 8ª séries 1º grau).

Com a sanção da Lei Federal nº 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, os municípios são obrigados a atingir um teto mínimo de alunos para o ano de 1998. O teto para Monte Alegre de Minas é de 1750 alunos para o Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries). Houve, então a proposta de municipalização das escolas estaduais por parte do governo estadual de Eduardo Azeredo. A municipalização consiste na transferência das escolas do estado para o município, é a descentralização do ensino. De acordo com a secretária da educação municipal de Monte Alegre de Minas, Glades Zeider, a municipalização das escolas estaduais ocorreu atendendo as exigências da lei federal. Em reunião com o prefeito municipal, a Diretora da 40ª SRE informou que de acordo com a legislação, foram transferidas duas escolas estaduais rurais para o município para completar o número de alunos e uma escola estadual urbana. Em 20 de novembro de 1997, em reunião extraordinária, a Câmara Municipal de Monte Alegre de Minas autorizou a municipalização das escolas estaduais aprovando o projeto de Lei nº 044/97 que propunha a municipalização da Escola Estadual José Cabral Vieira 040Z 1ª a 8ª série localizada no povoado das Garcias com 156 alunos; Escola Estadual Nicanor Parreira 0402 1ª a 8ª série, localizada no Trevo de Monte Alegre de Minas com 162 alunos e E. E. Antenor Airoso Machado 020A 1ª a 4ª série localizada na Avenida Tiradentes, 91 com 431 alunos.

Com a municipalização, foi instituído na Escola Municipal Antenor Airoso Machado o "Projeto Telessalas de Minas" com o fim de regularizar a situação dos alunos que estavam fora da escola devido atraso no ensino fundamental (5ª a 8ª). O aluno assiste aula no vídeo e faz os exercícios do livro com a orientação de uma professora-orientadora que explica o conteúdo do vídeo. Neste projeto, o aluno conclui as 4 (quatro) séries (5ª a 8ª) do ensino fundamental em apenas 1 (um) ano e meio. As matérias vistas são a História, Geografia, Português, Matemática, Ciências e Inglês; o curso é noturno.

Por outro lado, na E. E. Luís Dutra Alvim foi implantado o Projeto "Acertando o Passo" objetivando a efetiva aprendizagem do aluno de acordo com seu interesse concluindo-se uma série em 6 meses ou menos.

O depoimento do Márcio Abadio, aluno da 8ª série do Projeto "Acertando o Passo", mostra como o projeto funciona:

"Estudei cinco meses e aprendi muito pouco das cinco matérias que fiz Ciências, História, Geografia, Matemática e Português, minha sala de aula é muito pequena e não gosto de estudar em apostila. Vou concluir o 2º grau no ano que vem, mas não vou prestar vestibular porque sei que não vou passar, não gosto deste projeto, ele não reprova, mas a gente não aprendi."

Todas essas reformas não alteram a vida da criança trabalhadora no município. A crescente pauperização induz, cada vez mais, um número maior de crianças em direção as lavouras, o que não melhora suas condições de vida.

Quanto mais aumenta a necessidade de sobrevivência da família e da própria criança, maior é o contingente que procura um trabalho em condições desfavoráveis, diminuindo a possibilidade de obter valorização e profissionalização.

Vale lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente diz no seu artigo 60: "é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz" Nesse caso, admite-se então que o trabalho infantil em regime de aprendizagem seja permitido abrindo uma brecha para a exploração. São crianças ocupando a mão-de-obra adulta com salários e condições de trabalho aviltantes, e ainda, sem garantias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos a última década do século XX com um grande atraso no setor educacional no Brasil. É contraditório afirmar que estamos na era da informática, que investe-se em alta tecnologia quando não se consegue manter nem mesmo as crianças nas escolas, pois apenas 15% dos jovens brasileiros tem acesso efetivo ao 2º grau. Até o momento, as políticas educacionais não foram capazes de fornecer subsídios aos projetos das classes populares, visto que os seus interesses diferem daquele que elaboram os projetos, muitas vezes distantes da realidade educacional do país. E ainda, continuam importando modelos internacionais de educação.

As reformas no ensino não visam mudar a estrutura conservadora da sociedade. A preocupação gira em torno de formar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho com o fim de aumentar a produção e o lucro do patrão. Assim, permanece a situação de exclusão da população carente em relação a educação.

Deste modo, torna-se complexa a idéia de ascensão social via democratização da educação. O simples acesso à escola não garante igualdade de condições na competitividade do mercado de trabalho. Essa igualdade depende de uma escola de qualidade que possa propiciar o acesso ao ensino superior.

A política econômica brasileira tem contribuído para o aumento da pobreza do povo, aprofundando a desigualdade social. A riqueza concentra-se nas mãos de poucos e a fome atinge parte significativa da população que fica à mercê dos projetos governamentais, que pouco resolvem. Dada a gravidade da situação aliada ainda a falta de interesse do governo em acabar com a miséria.

Sabemos que a exploração do trabalho infantil não é um problema recente, uma vez que esteve presente desde os primórdios da Revolução Industrial, embora na atualidade tenha se exacerbado. Reflexões têm sido realizadas em todo o mundo visando eliminar das sociedades esta chaga que vem destruindo a infância de muitas crianças.

Apesar de todos os esforços, ainda não foi encontrado nenhum antídoto para curar as mazelas advindas do ingresso precoce das crianças nas atividades agrícolas. Além das perdas físicas, há a perda intelectual por não desenvolverem-se de acordo com sua faixa etária. A elas são negados os direitos de brincar e estudar, enfim, de serem crianças.

A pobreza da família bóia-fria corresponde plenamente aos interesses dos produtores agrícolas, que acentuam a exploração de mão-de-obra com o emprego dos pequenos trabalhadores bóias-frias que podem produzir tanto quanto os adultos e, no entanto, recebem um mísero salário. Assim, ao produtor é permitido abaixar os custos da produção. A mecanização da agricultura modificou as relações de trabalho, propiciando aumentar a exploração da força de trabalho pelos capitalistas no campo, tornando possível a absorção da mão-de-obra em idade precoce.

Em Monte Alegre de Minas é possível perceber o reflexo das novas relações sociais de trabalho que se estabeleceram no campo após a expansão do capitalismo na agricultura da região. As condições de vida do trabalhador assalariado bóia-fria são aviltantes. Ele é visto como fornecedor de mão-de-obra barata na agricultura, sendo absorvido na época da safra e descartado na entressafra, acarretando assim uma sazonalidade de trabalho.

As consequências da pobreza recaem também sobre as crianças que, obrigadas a trabalhar para complementarem a renda familiar, abandonam a escola. Embora existam outros motivos que fazem com que as crianças deixem a escola, percebemos que o principal responsável é o trabalho nas colheitas.

Esta realidade precisa ser urgentemente modificada. Essas crianças, sem acesso à escola e ao mundo infantil, transformam-se em adultos rapidamente. Conhecendo todas as dificuldades que as circundam, mostram-se, as vezes, muito infelizes. Sabem que dificilmente irão conseguir conquistar uma vida melhor, ou seja, ter condições dignas de saúde, boa alimentação, habitação decente, enfim, que as suas necessidades básicas sejam supridas. Pesa ainda sobre essas crianças difícil tarefa de quebrarem um "círculo vicioso" concretizado no triste destino de serem bóias-frias assim como seus pais, avós, e demais descendentes.

É preciso acabar com este "destino" de que filho de bóia-fria será bóia-fria. Para isto, deve-se primeiro resolver o problema da posse da terra. Sabe-se que a Reforma Agrária resolveria uma boa parte dos problemas do trabalhador do campo, pois tendo acesso aos meios de produção, este não precisará empregar precocemente suas crianças nas lavouras. Isto, no entanto, dificilmente ocorrerá já que toca diretamente nos interesses dos grandes capitalistas latifundiários.

Porém, é preciso que haja uma política governamental de auxílio ao trabalhador oferecendo-lhe subsídios como tratores, adubos, sementes para cultivo da

terra, além de estudos para o acompanhamento das mudanças que ocorreram na agricultura para tornar possível obter sucesso nas suas lavouras.

É preciso ainda considerar que, ao tratarmos da problemática que envolve o trabalho do bóia-fria, estamos em busca de um caminho para a extinção dessa cruel realidade de exploração da mão-de-obra infantil e da evasão escolar das crianças. Entretanto, sabemos que não é do interesse da minoria privilegiada facilitar o desenvolvimento social, pois este melhoraria a qualidade de vida transformando o contexto atual.

Através desta pesquisa vimos a degradação da vida da criança que é obrigada a trabalhar nas lavouras. O sofrimento é percebido nas falas dos meninos e meninas que, às vezes, sonham em ter apenas um brinquedo. É difícil acreditar que essa realidade possa ser modificada já que, na maioria das vezes, as crianças parecem que passam despercebidas pela sociedade como se nem existissem; circulam pelas ruas, passeiam pelo comércio e o máximo que conseguem despertar nos outros é o sentimento de pena. Apesar disto, acreditamos na possibilidades de transformação desta triste realidade. Basta que haja uma sensibilização por parte dos políticos da cidade e da comunidade em resolver o problema. Para isto, é claro que devem primeiro ter o conhecimento de que nossas crianças estão sendo exploradas e, neste sentido, nosso trabalho poderá ser usado como um alerta para que pessoas tomem consciência do que está acontecendo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. **História Oral. A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ANTUNIASSI, Maria H. Rocha. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ARAÚJO, F. F. **Os bóias-frias na cultura do abacaxi em Monte Alegre de Minas**. DEGEO/UFU, 1997 (Monografia, Bacharelado).
- BLANCO, Esmeralda Balsanaro de Mouro em Mary Del Priori (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- CAMARGO, Aspasia Alcântara de. "História Oral: técnica e fonte história". In: **Programa de História Oral: Catálogo de Depoimento**. Rio de Janeiro: FGV/INDIPO/CPDOC, 1981.
- CERVINI, Ruben e FAUSTO, Airton. **O Trabalho e a Rua crianças e adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80**. Cortez Editora. São Paulo, 1988.
- CUNHA, Conceição Maria de. LDB 9394 de 20/12/96, também denominada Lei Darcy Ribeiro. Mimeo.
- Departamento de Economia Rural, Faculdade de Ciências Agronômicas, Campus de Botucatu-UNESP, **Mão-de-Obra Volante na Agricultura**. CNPq/UNESP/Polois, 1992.
- MELLO, C. D'Incao. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
- ESTEVES, M. G. M. et al. **Monte Alegre de Minas**. Escola Estadual Monte Alegre de Minas / Serviço Municipal de Educação. 1985.

- FABRI, L. & outros. **Educando para o Trabalho: família e escola como agências socializadoras**. São Paulo: INEP/CERV, 1982.
- FAUSTO, A. & CERVIN, R. **Trabalho e Rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez/UNICEF, 1991.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. "O Contexto Sócio-Político Brasileiro e a Educação nas décadas de 70/90". In: **Contexto e Educação**. Universidade de Ijuí, ano 6, nº 24 out./dez. 1991.
- FUKUI, Lia F. Garcia & SAMPAIO, Efigênia Maria Salex. **Desescolarização, o Trabalho Infantil e a Questão do Menor**. Relatório de Pesquisa, São Paulo, USP, 1984.
- HUZAK, Iolanda & AZEVEDO, Jô. **Crianças de Fibra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96. In: Caderno de Educação. Ano 2, nº 3, 1ª edição - janeiro/97.
- MACHADO, Neto. "Meninos Trabalhadores". In: **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, nº 31, dez., 1975.
- _____. "As Meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletária". **Ciência e Cultura**, SBPC, vol. 32, julho.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da Questão Agrária no Brasil. (Terra e poder: o problema da terra, na crise política)**. 2ª edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 1985.
- MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária: questão de terra ou de gente?**. 7ª edição, SP, Moderna, 1987, (Coleção Polêmica).
- MELLO, Ana Maria Vasconcelos. **O Trabalho de menor: ilusão e realidade**. Tese de Mestrado, PUC/SP, 1985.
- NIETHAMMER, Lutz. "Para Qué Serve la Hsitoria Oral?" In: **História y Fuente Oral**. Publicaciones Universitat de Barcelona. Espanha, 1990.

- PAOLI, Maria C. "Trabalhadores Urbanos na Fala de Outros. Tempo, Espaço e Classe Operária Brasileira". **Cultura & Identidade Operária**. Marco Zero, 1987.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. "Bairros Rurais Paulistas" In: **Revista do Museu Paulista**. Nova série. Vol. XVIII. São Paulo, 1967.
- PIERSON, D. **Cruz das Almas**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1996.
- PRIORI, Mary Del (org.). **A História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- RASIA, José Miguel. **Criança e Trabalho no Campo: socialização, trabalho e educação, a criança na força de trabalho rural**. Dissertação de Mestrado em Educação (Filosofia e História da Educação), UNICAMP, Campinas, 1989.
- Relatório CONTAG (Exemplos de "Exploração Infante Juvenil no campo"). Brasília, out. 1997.
- REVISTA ATENÇÃO. Ano 1, nº 2, dez./95 jan./96.
- REVISTA DEMOCRACIA. Vol X, nº 111, abril/maio, 1994.
- SABOIA, Ana Lúcia (coord.) "Crianças e Adolescentes: indicadores sociais". **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, RJ, 1988.
- SILVA, José Graziano da. (Coord.) **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo. HUCITEC, 1978.
- _____. **O que é questão agrária**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SILVA, José Graziano da. **Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1985.
- SILVA, Luiz A. Machado da. (org.) **Condições de Vida das Camadas Populares**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SILVA, R. M. R. et alli. "Breves Considerações Sobre o Trabalho do Menor". In: **III Encontro Nacional dos Estudos Populacionais**, 1982, mimeo.
- SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação: a construção de valores**. São Paulo: Educ, 1995.

THOMPSON, E. P. A. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL (Anais). Brasília-DF, outubro de 1995.

REVISTAS E RELATÓRIOS

- **Revista Atenção.** Ano 1, nº 2, dez/95 jan/96.

- **Revista Democracia.** Vol. X, nº 111, abril/maio, 1994.

- **Relatório da Contag.** Relatório Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag.

"Exemplos de Exploração Infanto-Juvenil no Campo". Brasília, outubro de 1997.

Caderno de História Especial. Vol. 4, nº 4 - janeiro/1993. Uberlândia - Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História. Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História.

Caderno de História. Vol. 6, nº 6 -1995/1996 - Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História de Ensino e Aprendizagem em História.

- Jornais

1 - Folha de São Paulo, 25 de outubro de 1996.

2 - Folha de São Paulo, domingo 27 outubro de 1996.

3 - Folha de São Paulo, 17 de novembro de 1996.

4 - Folha de São Paulo, quinta-feira, 1º maio de 1997

5 - O Estado de São Paulo, sábado 6 setembro de 1997.

6 - Folha de São Paulo, sábado 17 de janeiro de 1998.

7 - Folha de São Paulo, 27 de fevereiro de 1998.

8 - Folha de São Paulo, domingo 29 de março de 1998.

9 - Folha de São Paulo, sábado 25 de abril de 1998.

10 - Folha de São Paulo, domingo, 31 de maio de 1998.

- Escolas de Monte Alegre de Minas

Escola Estadual Eufrasina da Costa Araújo → Diário de Classe e Livro de Ata
- Ata do Resultado Final de 1995/1997.

Escola Estadual Antenor Airosa Machado - Diário de classe, Leitura contextualizada do quadro curricular 1995/1997.

Escola Estadual Luís Dutra Alvim. Diário de classe, Leitura contextualizada do quadro curricular 1995/1997.

Escola Estadual Tancredo Martins. Diário de classe, Leitura contextualizada do quadro curricular 1995/1997.

Escola Municipal Márcia Caetano Alves - Diário de classe - Livro de Ata - Ata do Resultado Final 1995/1997.

ENTREVISTAS

1 - Maria Aparecida da Silva	-	8 anos - 06.08.97
2 - Márcio Pereira Moura	-	10 anos - 24.01.97
3 - Fabricio Moraes de Souza	-	11 anos - 27.07.97
4 - Gislene Pereira da Silva	-	12 anos - 05.08.97
5 - Maurilio Pereira Moura	-	13 anos - 13.07.96
6 - Juvenil Olímpio	-	13 anos - 29.10.96
7 - Carlos Eduardo Jesus Lopes	-	13 anos - 24.01.97
8 - Flávio da Silva Duarte	-	14 anos - 21.01.97
9 - Agnaldo Ramos Grisóti	-	14 anos - 22.01.97
10 - Ivam Santos Silveira	-	15 anos - 27.07.97
11 - Heber de Oliveira Gomes	-	15 anos - 19.11.97
12 - Juarez Dias Rosa	-	15 anos - 22.11.97
13 - Marciel de Souza Carvalho	-	15 anos - 16.01.96
14 - Laércio Domingues	-	15 anos - 29.10.96
15 - Marcos Roberto da Silva	-	15 anos - 16.11.97
16 - Sênio Silva Barbosa	-	16 anos - 17.11.97
17 - José Ronaldo Pereira da Silva	-	17 anos - 20.01.97
18 - Antônio Uiraci Alves	-	17 anos - 27.04.97
19 - Delmir Roberto de Jesus	-	17 anos - 18.11.97

ANEXO - QUESTIONÁRIO

DEPOIMENTO: _____

LOCAL: _____

HORA: _____ DATA: _____

1) Qual é a sua idade? _____

2) Você mora com os pais? _____

3) Você trabalha? _____

4) Onde? _____

5) Que hora levanta para ir trabalhar? _____

6) Você vai com quem para a lavoura? _____

7) Desde quando? _____

8) Qual foi o seu primeiro trabalho? _____

9) Quem leva você para a lavoura? _____

10) Você ganha quanto? _____

11) Desde que começou a trabalhar faz o mesmo tipo de serviço?

12) Já sofreu algum acidente de trabalho? _____

13) Quando chega da lavoura sente-se cansado? _____

14) Que horas chega da lavoura? _____

15) Quantas pessoas trabalham na sua casa? _____

16) Seus pais trabalham? _____

17) Onde? _____

18) E você, almoça onde? _____

19) Que tipo de punição sofre se não cumprir o trabalho? _____

20) Tem alguma reclamação contra o patrão ou empregado? _____

21) Você estuda? _____

- 22) Onde? _____
- 23) Qual série? _____
- 24) Você sabe ler e escrever? _____
- 25) Que horas vai para a escola? _____
- 26) Vai todos os dias à aula? _____
- 27) Gosta mais de trabalhar ou estudar? _____
- 28) O trabalho prejudica seus estudos? _____
- 29) Já precisou deixar os estudos por causa do trabalho? _____
- 30) Você gosta de brincar? _____
- 31) De quê? _____
- 32) Você tem tempo para brincar? _____
- 33) Quando crescer, o que gostaria de ser? _____
- 34) Tem algum sonho? _____
- _____